

As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional**

O objectivo desta comunicação é o de proceder a uma análise comparativa do perfil de dois partidos políticos que se criaram em plena transição ao «Estado Novo»: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional.

O Nacional Sindicalismo e a União Nacional foram os herdeiros dos diversos e contraditórios projectos de constituição de partidos no interior da ditadura militar¹. O primeiro recuperou directamente uma parte significativa da Liga 28 de Maio (1928), já ela protagonista de alguma tensão com o partido de Salazar, a partir de 1930. A UN teve como antecessor imediato a União Nacional Republicana, conhecida simplesmente como «União Nacional», lançada pelo governo da ditadura em finais de 1927².

A coexistência durante alguns anos de um partido fascista e de um partido de iniciativa governamental em Portugal permite a sistematização de alguns elementos de comparação, que, ainda que de forma limitada, ilustram a diferença essencial entre estes dois partidos, diferença esta que não é menos importante para a história do fascismo, como forma de regime político, e para a do «Estado Novo» de Salazar³.

Uma visão teleológica poderia não legitimar esta operação comparativa. O NS foi um partido do início dos anos 30, a UN, o partido oficial do regime de Salazar em vigor até 1974. Vista do final dos anos 20, no entanto, a situação apresentava-se diversa. UN e NS foram o produto final de uma série

* CEHCP do ISCTE, Lisboa, e Instituto Universitário Europeu, Florença.

** Este artigo deriva de uma tese de doutoramento em curso sobre o *fascismo em Portugal no período entre as duas guerras*. Trata-se de uma versão reduzida e adaptada de um capítulo. Muitas das referências que remetem para outras partes do mesmo trabalho foram eliminadas, contribuindo para o eventual laconismo de alguns comentários aos quadros apresentados.

¹ Cf. António Costa Pinto, «The radical right and the military dictatorship: the national may league (1928-1933)», in *Luso-Brazilian Review*, vol. 23, Verão de 1986, pp. 1-15, Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)», in *Análise Social*, vol. xxii (94), 1986, pp. 914-934, e Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa, 1988).

² Cf. Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar...», cit., pp. 951-953.

³ Sobre as interpretações do «Estado Novo» e as suas relações com o fascismo, cf. António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais* (a sair).

de tentativas de criação de um partido que permitisse o domínio do «regime de excepção» que era a ditadura militar. Cronologicamente, os passos destes dois partidos são paralelos e, cremos, muito interligados, constituindo o NS uma resposta do sector fascizante à criação da UN. Em 1933 a tensão entre os dois partidos foi crescente, até à repressão e integração forçada de parte do último, ocupando a UN o espaço da representação política. O próprio facto de os dois aparelhos partidários se desenvolverem paralelamente permite uma aproximação às estratégias políticas de sectores diversos do bloco de apoio à ditadura.

1. O NACIONAL SINDICALISMO

Os números sempre constituíram um problema na investigação sobre os partidos fascistas. Dissoluções precoces, desaparecimento de arquivos e ilegalizações contribuíram para um retrato muito desigual. Esta escassez de dados empíricos excitou bastante a imaginação histórico-sociológica e, não raras vezes, a imaginação sobrepôs-se à inexistência de dados⁴.

O problema agrava-se quando se estuda o período anterior à tomada do poder, no caso da Alemanha e da Itália, ou os partidos que nunca «conquistaram o Estado». A participação eleitoral constituiu um bom indicador para a maioria dos casos na Europa ocidental e do Norte, mas não existe no caso português. Às limitações de ordem documental acrescenta-se o facto de o NS se ter desenvolvido já numa situação política autoritária.

O desaparecimento dos ficheiros de aderentes e dos arquivos da organização não nos permite uma aproximação rigorosa ao perfil dos aderentes fascistas ou mesmo procedimentos por amostra. Para os dirigentes, o moroso cruzamento de um conjunto diversificado de fontes permitiu-nos a reconstituição da elite e do fundamental da comunidade militante, no conjunto cerca de 200 elementos. Para os aderentes possuímos apenas as listas de adesão divulgadas pelo secretariado nacional durante alguns períodos, identificando cerca de 3800⁵.

⁴ Cf. Stein U. Larsen et al. (ed.), *Who Were the Fascists-Social Roots of European Fascism* (Bergen, 1980). Esta obra colectiva substitui a maioria dos estudos monográficos publicados anteriormente e constitui a aproximação mais rigorosa do perfil social dos movimentos fascistas. Para uma actualização (que não substitui de algum modo a primeira), cf. Detlef Mühlberger (ed.), *The Social Bases of European Fascist Movements* (Londres, 1987), nomeadamente os capítulos de M. Blinkhorn sobre Portugal e Espanha e de Gerhard Botz sobre a Áustria, e ainda algumas monografias mais recentes, como Lauri Karvonen, *From White to Blue-and-Black. Finish Fascism in the Inter-War Era* (Helsínquia, 1988), Emilio Gentile, *Storia del partito fascista. 1919-1922. Movimento e milizia* (Bari, 1989), e Detlef Mühlberger, *Hitler's Followers. Studies in the Sociology of the Nazi Movement* (Londres, 1991).

⁵ Os dados sobre os dirigentes foram obtidos cruzando um conjunto de fontes diversificadas (fundamentalmente a imprensa nacional e regional do movimento e o ficheiro da polícia política) e submetidos a alguns ex-militantes entrevistados. Considerámos nestes, para além dos dirigentes nacionais, distritais e locais, os directores e principais redactores dos jornais do movi-

Em finais de 1933 vários dirigentes NS, nomeadamente Rolão Preto, anunciavam que o partido contava com 50 000 aderentes⁶. Alguns meses mais tarde, em carta confidencial para Roma, dirigida ao secretário-geral dos CAUR, o responsável pelas relações com o estrangeiro relatava ter o movimento «um total de 30 000 camaradas», número já mais moderado⁷, mas mesmo este quantitativo, certamente ainda exagerado, estava longe de ser desprezível no Portugal do início dos anos 30.

No seu conjunto, os cerca de 15 % sobre os quais possuímos dados permitem-nos uma aproximação, ainda que limitada, ao perfil social e político dos dirigentes e aderentes, bem como a sua comparação com o único partido com o qual partilhou o espaço político herdado do bloco de apoio em 1933, a União Nacional de Salazar⁸.

1.1. OS DIRIGENTES E A COMUNIDADE MILITANTE

IDADE

Provavelmente mais significativo do que dezenas de quadros estatísticos sobre a composição etária e geracional da elite fascista é o facto de em 1928, entre cerca de 15 000 nomes citados no *Who's Who* alemão, não figurar o nome de nenhum dirigente nazi de 1933⁹. O mesmo se poderia dizer, com um maior número de excepções no entanto, sobre os correspondentes portugueses.

O elogio da juventude no discurso ideológico e político fascista correspondia, no caso do NS, a uma quase autopromoção narcísica. Rolão Preto,

mento. Quanto aos aderentes, trabalhámos com base nas listas publicadas na imprensa e outras encontradas no próprio ARP, depois de as submetermos a algumas verificações junto de testemunhos orais. Os 3800 sobre os quais possuímos alguns dados não correspondem, pois, a uma amostra, sendo provável alguma distorção.

⁶ Este número foi apontado diversas vezes por Rolão Preto e tomado como hipótese credível pelas ciências sociais, sendo, a partir de alguns autores portugueses, citado pela investigação internacional para efeitos comparativos, caso, por exemplo, de Peter Merkl, «Comparing fascist movements», in Stein U. Larsen *et al.* (ed.), *op. cit.*, p. 756. Apesar de não termos dados sobre o número de aderentes dos partidos dos anos 20, 50 000 deveria ter parecido exagerado, até pela conjuntura política em que se formou o movimento. O próprio partido governamental contava no mesmo ano com pouco menos de 20 000 filiados. Cremos que o NS andasse perto da UN, mas nunca acima dos 25 000 aderentes. Chegámos a este número depois do estudo da estrutura interna da organização e das entrevistas realizadas.

⁷ Cf. carta de José Campos e Sousa a Augusto Pescosolido de 26-5-1934, remetida por Coselschi a Galeazzo Ciano, em *dossier* intitulado «Movimento nazional-sindicalista dissidente in Portogallo», Miniculpop, busta 404, ACS, Roma.

⁸ Alguns quadros que apresentamos à frente foram comentados também por Martin Blinkhorn, com base em informação cedida pelo autor [cf. Martin Blinkhorn, «The Iberian states» in Detlef Mühlberger (ed.), *op. cit.*, pp. 320-348].

⁹ Cf. Juan Linz, «Some notes toward a comparative study of fascism in sociological historical perspective», in Walter Laqueur (ed.), *Fascism: a Reader's Guide* (Berkeley, 1976), p. 43.

com quase 40 anos, e Alberto Monsaraz, com 44, estavam à frente de um grupo dirigente nacional bastante mais novo. A juventude dos dirigentes nacionais, a grande maioria dos quais com menos de 26 anos, aproximava-se bastante da média de idades dos dirigentes fascistas europeus, maioritariamente pertencentes à geração de 20 e 30. Contava-se neste grupo o núcleo fundador do movimento, casos de António Pedro, Alçada Padez, Dutra Faria e outros.

A «juventude» excessiva da direcção nacional seria, aliás, um argumento bastante utilizado no debate político interno. A clivagem política existente entre os fundadores do *Revolução* e os dirigentes locais, no geral mais velhos, era muitas vezes justificada em termos de idade, e a correspondência dirigida ao chefe do movimento revelava inúmeras críticas de militantes da província aos «rapazolas de Lisboa». Os dirigentes concelhios e locais eram um pouco mais velhos, mas apenas o grande conselho nacional sindicalista, onde pontuavam professores universitários de Coimbra, apresenta uma notória diferença, com mais de metade dos seus membros acima dos 35 anos.

A comunidade de geração é o elemento mais importante na elite dirigente NS e um factor importante de unidade do grupo dirigente de Lisboa conhecido como o «soviete de Lisboa». O único partido contemporâneo do NS que contava com uma média de idades semelhante era o recém-reorganizado e clandestino PCP; alguns futuros dirigentes comunistas foram, aliás, colegas de faculdade dos dirigentes fascistas na Universidade de Lisboa.

A ORIGEM POLÍTICA

Apesar de jovens, os dirigentes NS, quer os nacionais, quer os distritais, vinham quase todos de outras organizações políticas quando fundaram ou aderiram ao movimento (cf. fig. 1)¹⁰. A sistematização em quadro confirma a presença esmagadora do integralismo lusitano. O IL dominava quase exclusivamente, sendo responsável pela origem de 38,5 % dos dirigentes. Ulterior apuramento da origem de muitos dirigentes locais poderá fazer aumentar este número, mas a escassez de informação obtida sobre estes não permite opiniões mais precisas.

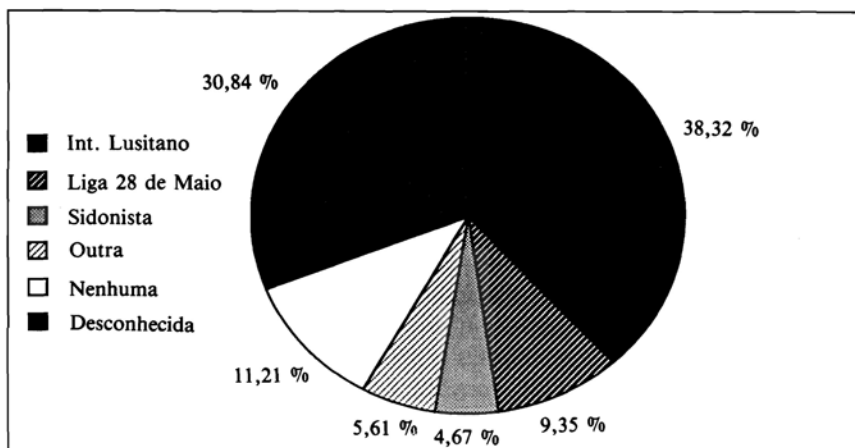
Os dirigentes nacionais constituíam, em grande parte, a junta escolar de Lisboa do IL no final dos anos 20. Preto e Monsaraz eram ex-membros da junta central e mesmo aqueles que não vieram directamente do IL iniciaram-se no campo político em organizações derivadas, caso do jovem ideólogo António Pedro, ou em organizações estrangeiras, enquanto estudantes, caso de Pereira de Matos, que militou na *Action française*.

A Liga 28 de Maio, que forneceu organizações locais inteiras ao movimento, foi responsável, por si só, pela origem de uma escassa dezena de diri-

¹⁰ No quadro referente à origem política contabilizaram-se como integralistas os militantes da Liga conhecidos pela sua militância no IL. Caso esta distinção não tivesse sido feita, o número de militantes tendo como origem imediata a Liga 28 de Maio teria aumentado bastante.

Origem política dos dirigentes

[FIGURA 1]



gentes. No caso dos dirigentes distritais, a tendência era semelhante; apenas quatro provinham exclusivamente da Liga, dois dos quais são ex-cadetes de Sidónio Pais, ainda que os 30 % de desconhecidos não permitam grande rigor. Convém ainda não esquecer que uma parte dos núcleos distritais da Liga já recuperavam integralistas, como nos do Porto, Coimbra ou Évora. Apenas o grande conselho, de vocação consultiva, apresenta uma maior pluralidade de origens, mas sempre na família da direita radical.

Quanto aos dirigentes e ao fundamental da comunidade militante, a sua origem no sector mais radical e fascizante do integralismo impera esmagadoramente. Onde tal não se verificou foi nos militares, que representaram a parte mais significativa dos dirigentes que apenas provinham da Liga 28 de Maio.

Em 1947 um ex-dirigente do NS diria que entre os fundadores do movimento «vinham uns da direita e outros da esquerda — seguiram uns pela esquerda e outros pela direita»¹¹. Se a segunda parte da afirmação é, sem dúvida, verdadeira, a primeira não resiste à quantificação. A ausência de elementos provenientes da esquerda ou do sindicalismo foi evidente. Um ou outro transfuga não operário do anarco-sindicalismo, como Eduardo Frias, confirmou apenas a presença hegemónica da direita radical¹². A elite fascista portuguesa, em termos de origem política, não apresentou os elos «sin-

¹¹ Cf. carta ao director de António Tinoco in *Vida Mundial* de 23-8-1947, p. 3.

¹² Eduardo Frias tinha sido colaborador de *A Batalha*. Dirigente nacional sindicalista no Algarve, não acompanhou Rolão Preto na cisão de finais de 1933 e fez parte do grupo que entrou para a recém-criada Subsecretaria de Estado das Corporações dirigida por Pedro Teotónio Pereira. Nos anos da guerra colaborou com a propaganda alemã, escrevendo obras de apologia do nazismo.

dicalistas» de esquerda ou «socialistas» revisionistas, comuns a outras versões europeias, particularmente em França e em Itália¹³.

A configuração da origem política do fundamental da comunidade militante permite confirmar que o NS herdou e reorganizou os anteriores projectos de organizações fascizantes criadas após o golpe de 1926, particularmente da Liga 28 de Maio. Mas, em termos ideológicos e políticos, foi o integralismo que foi responsável pela formação da sua elite dirigente.

A COMPOSIÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

Estudantes, intelectuais e jovens desempenhando profissões liberais dominavam a composição sócio-profissional dos dirigentes nacionais e distritais. Os estudantes ou ex-estudantes sem profissão constituem 36% dos dirigentes nacionais, seguidos de perto pelas profissões liberais (na sua maioria advogados). Boa parte destes, aliás, exerciam funções esporádicas de jornalismo e interromperam os seus cursos universitários.

Os dirigentes distritais apresentavam uma maior diversidade. Proprietários rurais, sobretudo no Norte, e profissões liberais dominavam os dirigentes distritais. Encontramos ainda alguns militares que exerceram cargos de administração local durante os primeiros anos da ditadura e, não menos importante, estudantes e empregados. A separação entre dirigentes distritais e concelhios, dada a escassez dos números apurados sobre estes últimos, não se mostrou muito operativa, apresentando uma quase idêntica configuração, com o natural destaque para um número maior de proprietários rurais (34,5%), particularmente no Norte do País. Mas convém destacar a presença, sobretudo nos concelhos urbanos, de alguns empregados da área dos serviços, e mesmo de operários, nomeadamente em alguns concelhos do Norte, como o do Porto. Quanto ao grande conselho, espécie de antecâmara de um conselho corporativo, apenas merecem relevo os 24% de professores universitários, que representavam o já assinalado «grupo de Coimbra».

OS MILITARES

Os militares devem ser destacados da mera análise da composição sócio-profissional dos dirigentes, pois estes ocuparam um lugar muito importante no NS e, na sua maioria, não apareceram legalmente na organização. O secre-

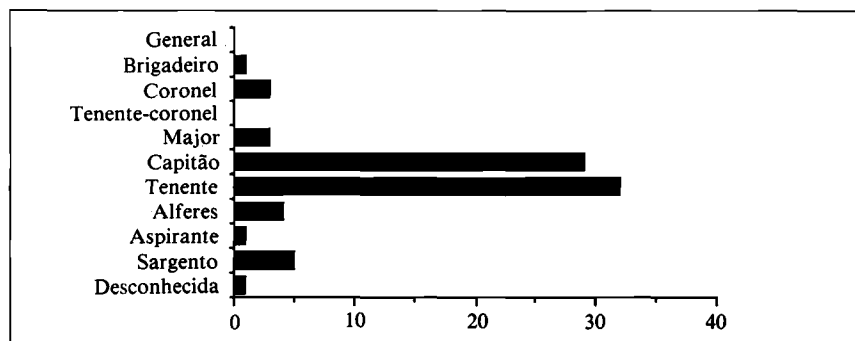
¹³ A origem «sindicalista» e «socialista» dos dirigentes fascistas europeus tende, em certos casos, a ser sobrevalorizada e não resiste a uma análise quantitativa. Pequenos partidos fascistas foram criados por ex-militantes socialistas, sindicalistas de esquerda e mesmo, no caso de Jacques Doriot, comunistas, mas a excepção não deve ser confundida com a regra e a regra é a origem conservadora e de direita. A bibliografia sobre a origem de esquerda de alguns movimentos fascistas é bastante extensa [v., como introdução, Emilio Gentile, *Le origini dell'ideologia fascista* (Bari, 1975), A. J. Gregor, *The Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism* (Berkeley, 1979), Richard Thurlow, *Fascism in Britain* (Oxford, 1987), Philippe Burin, *La dérive fasciste: Doriot, Déat, Bergery* (1933-1945) (Paris, 1986)].

tariado militar unia apenas o sector filiado, mas este influenciava uma rede invejável de simpatizantes, bem visível pela presença de oficiais do exército nas manifestações públicas do movimento, nomeadamente nos comícios¹⁴.

Considerando os simpatizantes e militantes do secretariado militar, chegamos à seguinte figura¹⁵:

Os militares do NS

[FIGURA 2]



Jovens tenentes e capitães (promovidos recentemente) formam a esmagadora maioria do contingente. O único oficial general é o brigadeiro João d'Almeida, oficial monárquico e integralista, conhecido das conspirações e tentativas golpistas da direita radical antes e depois do 28 de Maio de 1926.

O facto de a maioria destes militares provirem da Liga 28 de Maio permite perceber o papel desta organização no estreitar das relações entre integralistas e «tenentes do 28 de Maio». Cerca de 20 militares eram dirigentes da Liga no início dos anos 30 e, como vimos atrás, o sector civil da Liga era, no fundamental, integralista.

Os laços de sociabilidade e solidariedade políticas entre estes militares e os fundadores do movimento datavam dos primeiros dias do golpe militar de 1926 e foram consolidados em diversos grupos, publicações e conspiratas até à fundação da Liga, em 1928. Por outro lado, convém não esquecer que a influência ideológica do IL foi um elemento importante na politização dos militares após a Primeira Guerra Mundial, quer nos chamados «cadetes de Sidónio» de 1918, quer nos «tenentes» de 1926.

Ao núcleo propriamente militante do secretariado militar juntavam-se muitos simpatizantes que se apresentavam nas manifestações de propaganda e

¹⁴ Cf., por exemplo, para o período inicial, Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)* (Lisboa, 1981).

¹⁵ Considerámos aqui não só os elementos identificados como militantes do secretariado militar, mas também alguns simpatizantes presentes nas manifestações públicas do NS, muitas vezes em claro desafio ao governo, que participaram também na Liga 28 de Maio. Apesar de o secretariado militar contar também com alguns militantes na marinha, apenas se conseguiu informação sobre dois, pelo que não foram contabilizados no quadro.

sobretudo nas manobras de bastidores. As periódicas relações de tensão entre os militares e Salazar também ajudavam a que o NS cumprisse funções tribúncias neste campo, permitindo-lhe atrair conjunturalmente para a sua órbita um número bastante maior do que os que se encontravam na sua órbita política. Mesmo após a ilegalização do NS alguns destes militares continuaram afectos ao reduzido grupo clandestino que sobreviveu até aos anos da Segunda Guerra Mundial.

1.2. OS ADERENTES: DISTRIBUIÇÃO E PERFIL

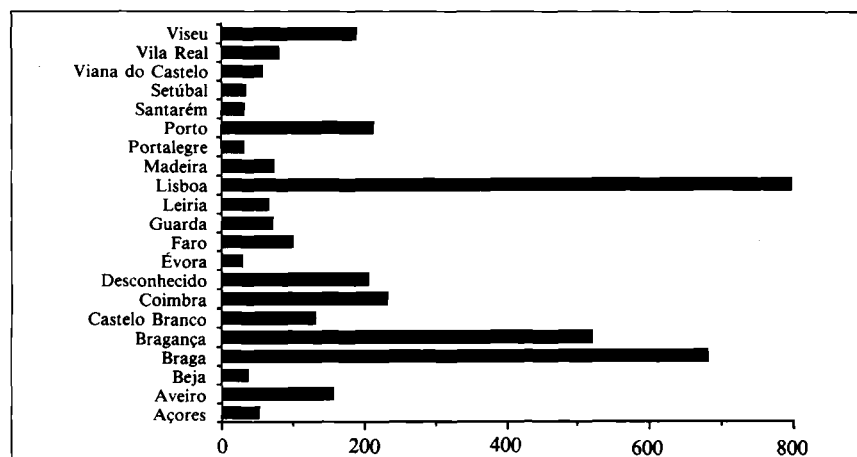
Como foi salientado no início, a informação recolhida sobre os filiados no Nacional Sindicalismo apresenta um grau de rigor bastante menor do que a que foi apresentada sobre a comunidade militante. Apesar das limitações apontadas, a sua sistematização permite observar com maior clareza algumas tendências que a consulta de outras fontes já indiciavam, nomeadamente no que diz respeito à sua tentativa de penetração e implantação em alguns sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente na pequena burguesia e na classe operária.

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ADESÃO

A distribuição nacional de recrutamento do NS aponta para uma clara penetração no universo urbano, com maior incidência no litoral mais desenvolvido, e ainda para um maior impacto no Norte do que no Sul, particularmente nas áreas do interior rural (cf. fig. 3.).

Distribuição nacional dos aderentes ao NS

[FIGURA 3]



Lisboa, Porto, Coimbra e Braga concentraram o fundamental das adesões, o que, aliás, coincidia com as cidades de maior actividade política do movimento. As adesões seguiram também a malha mais urbanizada do litoral, no Algarve e, acima de tudo, entre Lisboa e o eixo Porto-Braga. Apenas no Norte, particularmente no Minho e nos distritos de Vila Real e Bragança, se encontraram filiados significativos em zonas mais rurais.

O contraste Norte-Sul, particularmente nos distritos do interior do país, não representou apenas a natural diferenciação numérica da distribuição da população. Ele remete fundamentalmente para a ausência de mobilização de um «fascismo rural» no Sul latifundiário, concentrado nos distritos de Setúbal, Évora e Beja. Em termos organizativos, apenas em Évora e num concelho rural do distrito de Setúbal existiam delegações do NS. A interpretação mais fina destes dados, para além das que decorrem de alguns estudos de caso de difícil generalização, não parece ter grande interesse, dadas as limitações metodológicas já assinaladas.

A distribuição das adesões em alguns distritos de província, nomeadamente a norte do Porto, pode ter como factor explicativo a presença da notabilidade local integralista em certos concelhos rurais de distritos como Braga ou Bragança. Braga, no entanto, permaneceu um núcleo de forte implantação e actividade política NS e só um estudo local nos poderia fornecer algumas pistas.

A COMPOSIÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

O quadro da distribuição sócio-profissional dos aderentes, coerente com a distribuição geográfica atrás referida, apontava para uma significativa adesão nos sectores mais sensíveis ao discurso «integrador» e «antiplutocrático» do fascismo. Empregados, estudantes, pequenos proprietários e comerciantes são «nomes» conhecidos mesmo dos não especialistas do tema (cf. fig. 4).

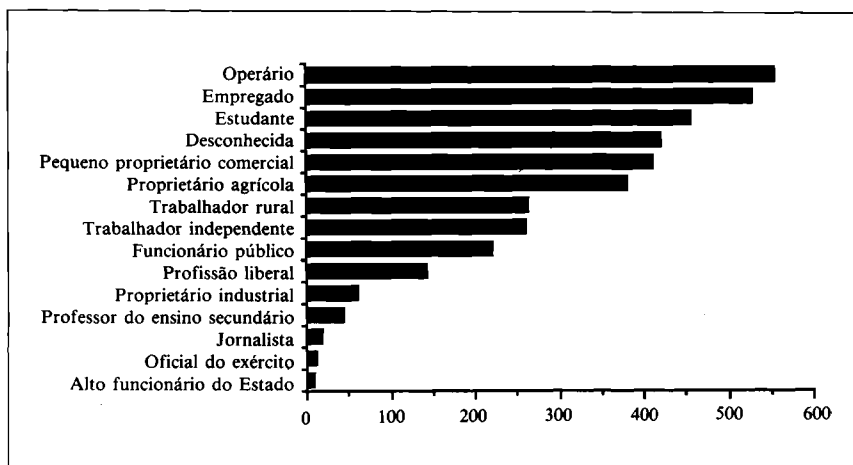
A famosa «crise das classes médias», que, com o «problema operário» encheu páginas inteiras da propaganda do NS, parecia ter eco na tendência geral do movimento de adesões. Algumas categorias, no entanto, não podendo ser desagregadas e correlacionadas, não permitem grandes voos interpretativos.

Alguns grupos sobre-representados tinham já um passado associativo fascizante, caso do pequeno patronato comercial, que desde 1919 aderiu com relativo entusiasmo à confederação patronal de Sérgio Príncipe, representando 10,5 % dos inscritos. De salientar também os quase 14 % de empregados do sector privado, grupo onde o NS conseguiu uma relativa penetração no próprio processo de transição entre o sindicalismo livre e o corporativo, o único, aliás, onde a criação dos «sindicatos nacionais» teve algum folclore fascista, caso dos bancários¹⁶.

¹⁶ Cf. José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo. A História dos Bancários do Sul e Ilhas (1910-1969)* (Lisboa, 1983), pp. 47-50, e Fátima Patriarca, *Processo de Implantação e Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal. Os Primeiros Anos do Salazarismo* (a sair).

Distribuição sócio-profissional dos aderentes ao NS

[FIGURA 4]



Não é de espantar a fraca adesão do funcionalismo público, ao qual a prudência e o próprio emprego aconselharam desde cedo a filiação no partido governamental¹⁷. Convém também não esquecer que parte dos agregados nesta categoria eram funcionários da administração local, onde, após o golpe de 1926, alguns dirigentes do NS exerceram funções, ao gozarem de apoio de presidentes de comissões administrativas oriundos do exército. Mas o número de operários filiados (quase 15 %) merece alguma atenção, pois poderia significar um sucesso relativo do fascismo luso junto da classe operária, a qual, não esqueçamos, é a principal destinatária do discurso político NS. A integração dos «trabalhadores» no sistema corporativo a criar, permitindo uma eficaz luta contra a influência comunista, era o principal *leitmotiv* do movimento.

Ao observar a distribuição da adesão operária, o impacto dos números anteriores diminui (cf. fig. 5).

A distribuição nacional da adesão operária ao NS aumenta na inversa proporcional da distribuição territorial da classe propriamente dita. Ela é fraca em Lisboa, quase nula em Setúbal, progride nas pequenas cidades do litoral, para apresentar o seu máximo em Braga¹⁸.

¹⁷ O que, aliás, parece não se ter verificado, segundo os estudos de Manuel Braga da Cruz e Arlindo Caldeira. Este último nota, no entanto, que se tratava ainda do «dilatadíssimo» funcionalismo público da 1.ª República, ligado ao patrocínio político dos velhos partidos (cf. Arlindo Caldeira, «O partido de Salazar...», cit., p. 960).

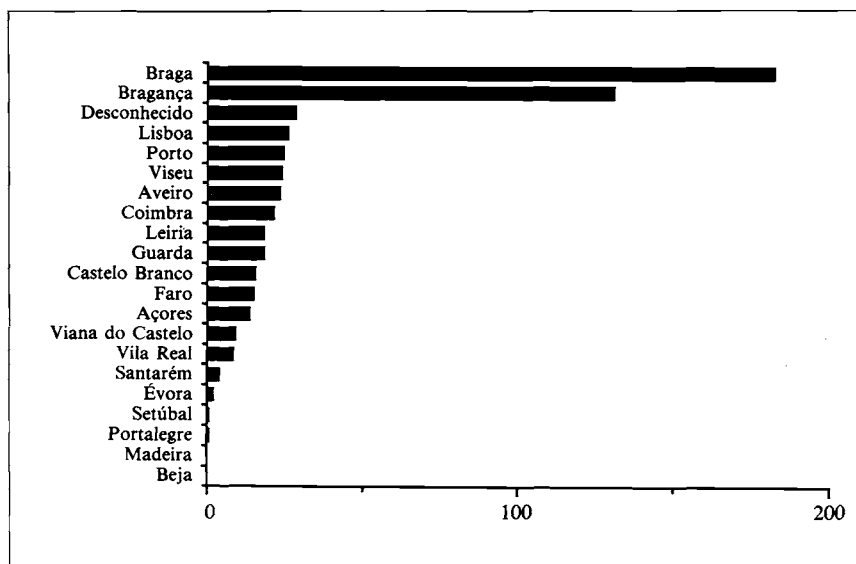
¹⁸ Mas o elevado número em Bragança é um exemplo da prudência com que estes números devem ser interpretados. Trata-se, provavelmente, de manipulação simples ou mistura indiferenciada na categoria «operário» de elementos da área rural, criados, empregados de comércio, etc.

Nas zonas de concentração operária tradicional, Lisboa e Setúbal, no Sul, e Porto, no Norte, base do movimento sindical do pós-guerra, o NS não penetrou. É, provavelmente, junto do operário da pequena unidade industrial, com a ajuda de alguma intervenção patronal, que o fascismo recrutou. Braga, antigo núcleo industrial na base da pequena oficina, poderia ser um exemplo¹⁹.

Ainda que dedicando particular atenção à propaganda junto da classe operária, e apesar de ter sido a única organização de direita que se aproximava regularmente das fábricas, a penetração do NS foi escassa²⁰. Parte provável destas filiações partiram de iniciativas de assistência social, particularmente de eventuais utilizadores de serviços de apoio médico e jurídico, e mesmo de distribuição de refeições, prática desenvolvida por algumas delegações. Por outro lado, convém sublinhar que a classificação de «operário» incluía um leque muito variado que englobava, em certos casos, trabalhadores rurais, criados, trabalhadores municipais, etc. Algumas referências da imprensa operária da época, no entanto, permitem identificar alguns movimentos de penetração, particularmente no Norte²¹.

Distribuição nacional dos aderentes operários ao NS

[FIGURA 5]



¹⁹ Remete-se aqui para outro capítulo do trabalho do qual este artigo foi retirado.

²⁰ Com a exceção dos católicos (cf. Fátima Patriarca, *op. cit.*).

²¹ Remete-se aqui para outro capítulo do trabalho do qual este artigo foi retirado.

2. O NS E O PARTIDO DE SALAZAR: ELEMENTOS PARA UMA COMPARAÇÃO

A maioria dos partidos fascistas não conseguiram atingir o poder na conjuntura histórica do pós-guerra. Em alguns países onde participaram, coligados ou não, no derrube de regimes liberais e democráticos foram mais tarde secundarizados e «integrados» pelos novos poderes autoritários²². Muitas vezes foram mesmo violentamente reprimidos na sequência de tentativas de tomada do poder, já numa situação política não democrática²³. Nesta luta, na qual o caso português não escapou, emergiu um tipo de formação política particular, quer pela sua origem, quer pelas suas funções, da qual a União Nacional de Salazar foi paradigma.

O óbice de legitimidade mais complexo à comparação entre o NS e a UN diz respeito ao género das unidades. Ou seja, se se pode falar da UN como um partido em 1933, de tal forma ele não tinha existência autónoma do governo de Salazar e do aparelho de Estado.

Esta característica da UN, que se iria manter na longa duração do salazarismo, foi sempre considerada estranha pelos observadores fascistas da época e mesmo ideólogos da direita radical, como Manoilescu, fizeram dela um exemplo a não seguir nas suas apologias do partido único²⁴. Convém, portanto, introduzir algumas características deste tipo de partidos de iniciativa governamental, destinados, aliás, a fazer escola nas modernas ditaduras do século XX, mesmo após o fim da «época do fascismo».

2.1. A UN E OS PARTIDOS ÚNICOS AUTORITÁRIOS

A UN representou um caso extremamente interessante de formação de uma organização partidária em situações políticas autoritárias. Sob o ponto de vista genético, este foi um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura²⁵.

O partido de Salazar foi uma variante de um tipo particular de partidos a que Juan Linz, pensando na sua génese, chamou «partidos unificados» e Giovanni Sartori, pensando na sua função, chamou «partidos únicos auto-

²² V., como introdução, Roger Griffin, *The Nature of Fascism* (Londres, 1991), pp. 115-145.

²³ Os casos mais conhecidos referem-se à guarda de ferro romena, mas até em países não europeus existiram e se deram acontecimentos comparáveis, nomeadamente no Brasil, com a tentativa de golpe da Acção Integralista Brasileira de Plínio Salgado [cf. Héglio Trindade, *Integralismo. O Fascismo Brasileiro na Década de 30* (São Paulo, 1979), e Francisco Veiga, *La Mística del Ultranacionalismo (Historia de la Guarda de Hierro)* (Barcelona, 1989)].

²⁴ Cf. Mihail Manoilescu, *Le parti unique. Institution politique des régimes nouveaux* (Paris, 1936).

²⁵ Para uma discussão exaustiva sobre a UN enquanto partido do salazarismo, à luz da bibliografia aqui discutida, v. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 13-27.

ritários», e que, no geral, representaram «fusões a partir de cima de uma nova entidade política» que prescindiu da existência de forças já constituídas e as obrigou à integração ou à exclusão²⁶.

Em vários casos estes partidos cumpriram algumas das funções assumidas pelos partidos únicos de regimes totalitários e fascistas; no entanto, em termos genéticos, de ideologia, de organização e de relações com o Estado e com a sociedade, estes apresentaram características diversas. Vale a pena sintetizar algumas delas antes da apresentação de alguns elementos de comparação entre o NS e a UN:

- O elemento inicial e determinante da natureza destes partidos decorre, por um lado, da sua formação já em situação política autoritária, com o pluralismo político eliminado ou severamente condicionado, e, por outro, de estes serem formados a partir do governo e com a utilização decisiva do aparelho de Estado. No geral, o «compromisso» fundador pode incluir, em graus variáveis, partidos ou grupos de pressão precedentes, responsáveis ou participantes na coligação vencedora;
- Cumprem funções de legitimação, particularmente importantes no caso de se manterem «eleições» e outros simulacros constitucionais herdados do liberalismo, mas estas são limitadas após a institucionalização do novo regime. Não detêm, no geral, o monopólio da representação e coexistem com outras instituições políticas «orgânicas» que não controlam. Não são canal exclusivo de acesso ao poder, não mediatizam relações entre algumas instituições (como as forças armadas e outras) e o poder. Associações de interesses, instituições religiosas e outras mantêm canais também não mediatizados por eles. Têm também funções restritas no campo da formação da elite política e governativa. O seu objectivo é mais o de «impedir a dissidência que organizar o consenso»²⁷. Sendo criados por regimes, no geral, pouco mobilizadores ou de mobilização episódica, mesmo neste último caso não são, no geral, os responsáveis por ela;
- Dada a natureza das suas funções, possuem um aparelho partidário débil e com pouca autonomia do governo e da administração. Os seus dirigentes são, no geral, nomeados pelo governo. A sua estrutura organizativa é frágil e não penetra na sociedade civil²⁸. Não possuem células sócio-profissionais, organismos de formação ou agitação, não controlam organizações de massas (ou paramilitares). A adesão é fluida,

²⁶ Cf. Juan J. Linz, «Authoritarian e totalitarian regimes», in F. I. Greenstein e N. W. Polsby (ed.), *The Handbook of Political Science* (Read. Mass., 1975), p. 266, Samuel P. Huntington e Clement H. Moore (ed.), *Authoritarian Politics in Modern Society* (New York 11 970), e Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis* (Cambridge, 1976); v. também Marco Tarchi, *Partito unico e dinamica autoritaria* (Nápoles, 1981), p. 99.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 114.

²⁸ Cf. Angelo Panebianco, *Modelli di partito. Organizzazione e potere nei partiti politici* (Bolonha, 1982), pp. 263-296.

pouco ideológica, não demarca da massa da «nação» e não é «socialmente prestigiante». Se nos regimes com partidos únicos mobilizadores o apoliticismo é um óbice no acesso à elite dirigente, aqui pode ser, por vezes, uma vantagem²⁹;

- Possuem uma ideologia mais difusa e menos codificada do que os partidos totalitários e fascistas, dada a natureza, no geral, mais heterogénea da coligação que derrubou o anterior regime e a importância que nela desempenharam instituições como as forças armadas, Igreja ou mesmo antigos partidos partidos. Esta menor codificação deriva também de serem uma criação *post factum* e não concorrencial. Os valores expressos são, pois, mais difusos e negativos.

Em Portugal e Espanha partidos com esta vocação tinham já antecedentes e modelos em ditaduras, como as de Sidónio Pais (Partido Nacional Republicano) ou de Primo de Rivera (União Patriótica)³⁰. Projectos de vocação semelhante aliás, mais ou menos conseguidos, foram também promovidos por outros regimes autoritários dos anos 30, particularmente em Espanha, na Áustria, na Hungria (Partido da União Nacional) e na Polónia (Campo da Unidade Nacional)³¹.

Um exemplo mais próximo deste modelo, em termos de origem, foi o do partido único do franquismo, onde o novo ditador, em 1937, forçou à unificação num só agrupamento político vários partidos preexistentes que participavam na coligação que iria vencer a guerra civil de Espanha. Resultou daqui uma organização política estreitamente controlada por Franco, mas com «vários partidos» perfeitamente reconhecíveis e inclusivamente reconhecidos pelas mais altas instâncias do mesmo³². Quer em termos de hegemonia no interior do partido, quer em termos da própria elite ministerial, se podia reconhecer a identidade e preponderância de cada uma destas famílias.

Mas o partido único do franquismo, pelo menos na sua 1.^a fase, aproximou-se do modelo fascista italiano. Em Portugal tal nunca se passou e a UN confundiu-se com o aparelho de Estado e dele dependeu do primeiro ao último dia da sua vida. A sua própria existência, no sentido mais literal, foi duvidosa em algumas fases do regime, particularmente no período em que o senso comum levaria a crer ser a UN mais importante: justamente nos anos da «época do fascismo»³³.

²⁹ Cf. Marco Tarchi, *op. cit.*, pp. 158-159.

³⁰ V. Shlomo Ben-Ami, *Fascism from above: The Dictatorship of Primo de Rivera in Spain, 1923-1930* (Oxford, 1983), e José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen de Primo de Rivera* (Madrid, 1991), pp. 207-260.

³¹ Cf. Stuart Woolf (ed.), *Fascism in Europe* (Londres, 1981), pp. 117-150 e 171-189. Este exemplo seria seguido por inúmeras ditaduras de direita na segunda metade do século.

³² Cf. Ricardo Chueca, *El Fascismo en los Comienzos del Régimen de Franco. Un Estudio sobre FET-JONS* (Madrid, 1983), p. 166.

³³ Cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 140-141.

Qualquer que seja a perspectiva de análise adoptada para o estudo das relações entre o Estado e o partido nos regimes de partido único, o caso português estará sempre num extremo do espectro, se comparado com os seus congéneres europeus do período entre as duas guerras. Algumas tipologias dos sistemas partidários, como a de Giovanni Sartori, chegaram mesmo a excluir o «Estado Novo» da família dos «únicos», de tal forma a União Nacional parece não cumprir as funções que os seus irmãos iam desempenhando ao longo da existência do regime³⁴. Mas, mais do que debater aqui o papel da União Nacional no regime de Salazar, pretendemos sistematizar alguns elementos de comparação entre este partido, de criação governamental, e o NS³⁵.

2.2. OS FASCISTAS E O PARTIDO GOVERNAMENTAL

Uma «formação de moderados, vindos de todos os partidos, burgueses sem alma nem nenhuma fé nos imperativos nacionais e revolucionários do nosso tempo — gente ‘sensata’ a quem apenas interessava a segurança da sua posição pessoal e as suas vantagens»³⁶. Assim definia Rolão Preto a UN em 1945. Foi com alguma radicalidade que os fascistas encararam o partido governamental, tendo rapidamente percebido ser a organização para a qual os convidavam a aderir uma das últimas vias para chegar ao poder ou andar perto dele. Por outro lado, como à frente se vai observar, esta era, de todas as instituições do salazarismo, aquela que mais lhes desagradava, a que mais se afastava do tipo de «corporação da política» do regime a que aspiravam para Portugal.

2.2.1. A UN VISTA PELOS FASCISTAS

Considerando-se a vanguarda da «revolução nacional», os NS foram críticos radicais da UN. Só por motivações tácticas, aliás, manifestaram inicialmente a posição de complementaridade da acção política dos dois partidos. Mais, cremos ter sido clara a oposição inicial à iniciativa governamental das próprias organizações que vieram a desembocar no Nacional Sindicalismo, nomeadamente a Liga 28 de Maio.

As interrogações iniciais dos fascistas, rapidamente transformadas em acusações, remetiam para as funções de um partido único fascista, que eles mesmos se esforçavam por cumprir. Basta citar um das centenas de artigos e panfletos NS sobre o tema.

³⁴ Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, pp. 235-236.

³⁵ Os dados quantitativos sobre a UN que utilizamos à frente foram retirados de Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 228-247, e Arlindo Caldeira, «O partido de Salazar», *cit.*, pp. 943-977. As diferentes grelhas de classificação sócio-profissional utilizadas por estes autores e a não desagregação de certas categorias forçaram-nos a seguir, em cada caso, a classificação por eles utilizada.

³⁶ Cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 143.

Para o NS a ditadura precisava de «mobilizar uma força popular» que desempenhasse, pelo menos, três funções: «defesa e colaboração com o exército perante o espírito revolucionário dos inimigos da ditadura»; «propaganda das doutrinas em que assenta o Estado corporativo»; «intervenção e direcção da vida económico-administrativa dos novos quadros do Estado transformado»³⁷. Era a UN essa força? «A nossa dedicação à ditadura leva-nos a falar ao governo a linguagem da verdade [...]» e dizer que «não é».

A principal razão apontada remetia desde logo para os critérios que presidiram à escolha dos elementos dirigentes da UN, «recrutados entre a massa burguesa apática [...]» e tendo como critério «o das antigas influências políticas e das fortunas, a respeitabilidade social, a vetustez das idades», «absolutamente incapazes para a acção e para a luta que constituem as necessidades da hora actual»³⁸.

As primeiras referências sobre a UN, no Verão 1932, eram complacentes. A sua dissolução poderia «criar uma atmosfera de insatisfação e de despeito muito inconveniente». «Que se deixem ficar, pois, as venerandas comissões de cavalheiros respeitáveis que compõem a UN. Mas que se facilite e estimule e proteja, ao contrário do que sucede, esta organização vigorosa e consciente [...] que é o movimento nacional sindicalista»³⁹.

A partir de finais de 1932, no entanto, as polémicas com a UN, ou com o governo via UN, começaram a desenvolver-se. O *Diário da Manhã*, mais do que órgão da UN, órgão do governo, iniciou cedo a demarcação perante o Nacional Sindicalismo. O seu director, Sousa Gomes, vindo do Centro Católico, desferiu uma série de ataques ao fascismo português, acusando-o de «enfeudamento» ao modelo italiano e de apologia da violência⁴⁰. Mas as críticas mais radicais vieram em 1933, correspondendo aos avanços organizativos e de propaganda do NS perante a débil resposta política da UN⁴¹. A imprensa do NS reagiu então com ataques virulentos ao partido governamental, ao que a já significativa imprensa afecta a esta organização respondia.

De uma forma geral, os ataques vindos de Lisboa (*Diária da Manhã*) dedicavam-se sobretudo à crítica dos aspectos fascistas do movimento e seria redundante ilustrá-los⁴². A nível local, no entanto, era o estigma integralista e monárquico que surgia, com frequência, da provável autoria de conservadores republicanos e de católicos, entretanto, escolhidos para as comissões distritais e concelhias do partido governamental.

O órgão das comissões da UN do distrito da Guarda, por exemplo, sublinhava uma crítica comum aos partidos de oposição democrática. Atacava

³⁷ Cf. *Alcácer*, n.º 33, de 1-12-1932.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ Cf. os editoriais do *Diário da Manhã* de 17-9, 3-10 e 15-10-1932.

⁴¹ Cf. a resposta NS a estes ataques [Dutra Faria, *Carta ao director do Diário da Manhã* (Lisboa, 1933)].

⁴² Cf., por exemplo, os editoriais do órgão da União Nacional de 12-1, 16-1 e 5-2-1933.

os NS como «integralistas disfarçados», exigindo «situações claras e definidas» e o fim dos «equívocos e confusões». Alberto Monsaraz, visado directamente, respondeu com um longo artigo reivindicando-se do seu passado integralista, mas negando que o NS fosse «monárquico», explicando que vários integralistas nunca aderiram sequer ao movimento e que este tinha ultrapassado a «questão do regime»⁴³.

Reagindo aos ataques, o Nacional Sindicalismo, no seu discurso público, remetia a UN para o enquadramento dos «elementos conservadores, moderados e prudentes, incapazes para a luta social que o NS empreendeu», apenas úteis para a luta eleitoral, cedência formal ao liberalismo consagrada na Constituição e que desde o início criticaram: «transigindo com o sofisma eleitoral individualista que nós repelimos, a UN destina-se, logicamente, à batalha eleitoral, que não nos interessa»⁴⁴.

Mas perante o desenvolvimento dos ataques, onde a marca óbvia de Salazar se percebia, estes colocavam-no perante o dilema do sidonismo, «morto às próprias mãos dos seus serventuários». «É nossa fé», referia um jornal NS, «que não longe virá o dia em que assistiremos ao deslocamento do fulcro da política da UN para o Nacional Sindicalismo, feito pelo próprio estadista, na dura necessidade de salvar e perpetuar a sua obra grandiosa»⁴⁵.

Em Setembro de 1933, quando a repressão se começou a abater sobre os nacionais sindicalistas, estes dividiam já a ditadura em três correntes, dificilmente conciliáveis: «Uma corrente ditatorial governante, de contas arrumadas e lucros nas finanças, apoiada no conjunto a que chamam União Nacional. Esta União Nacional é uma amálgama estranha de adeptos sinceros, de despeitados e de oportunistas que aqui e além se guerreia e digladiam [...]»; uma corrente pragmática, constituída por «homens bons, sinceros e crentes na reconstrução nacional materializada: uma escola, uma fonte e as estradas»; e, «finamente, nós, os NS, animados pela chama mística da reconstrução nacional dentro dos valores tradicionais — mística que não se encontra na outra corrente situacionista»⁴⁶.

Era neste contexto que o articulista (não por acaso um tenente do movimento) profetizava três razões para a vitória do NS: a existência de «uma mística doutrinária, chama viva da fé e da confiança»; «a actividade do NS no campo do proletariado: a obra de corporativismo da ditadura era desconhecida da UN, mas fazia parte dos princípios nacionais sindicalistas e do Estado orgânico que a ditadura perfilhou»; e a última apontava para a natureza milicial do NS, «constituído por uma plêiade de homens habituados à luta física [...] que se bateram em defesa da Pátria e do ideal sagrado»⁴⁷.

⁴³ Cf. Alberto Monsaraz, «Nacional Sindicalismo e União Nacional», in *União Nacional* de 27-3-1933, pp. 3 e 6.

⁴⁴ Cf. «A União Nacional», in *Alcácer*, n.º 59, de 18-6-1933, p. 1.

⁴⁵ Cf. transcrição de um artigo do *União Nacional*, «Transcrição oportuna», in *Alcácer*, n.º 69, de 27-8-1933, p. 2.

⁴⁶ Cf. FM, «1934», in *Alcácer*, n.º 70, de 3-9-1933, p. 2.

⁴⁷ *Ibid.*

Mesmo após a cisão do NS os que escolheram o caminho da adesão ao regime foram sempre críticos do partido do salazarismo, escolhendo algumas das organizações mais «dinâmicas» criadas em 1936, ou o SPN de António Ferro, com o seu discurso mais fascizante.

2.2.2. AS PERPLEXIDADES DE UM FASCISTA ITALIANO

Alguns delegados dos CAUR vindos em missão política a Portugal em 1934 e 1935 consideraram o partido único de Salazar, juntamente com a ausência de enquadramento da juventude, «una delle debolezze più tragiche» do regime⁴⁸. Ainda que obviamente menos empenhadas, as opiniões expressas por vários fascistas italianos sobre a UN coincidiam, em parte, com as dos fascistas portugueses⁴⁹.

Em 1935 um delegado dos CAUR visitou Portugal e enviou um extenso relatório para Roma sobre o regime de Salazar e sobre as suas instituições, incluindo mesmo extractos de diálogos com dirigentes políticos portugueses. Baldi-Papini estudou os textos fundamentais do «Estado Novo», teve entrevistas com dirigentes da UN e ficou sobretudo surpreendido com a debilidade do partido de Salazar⁵⁰.

Historiando o processo de derrube da ordem liberal e o ascenso de Salazar, Papini reafirmava as diferenças em relação ao fascismo italiano. Em Portugal «uma operação de polícia exercida pelo exército foi suficiente enquanto em Itália ocorreu uma revolução civil, com os seus conflitos, com o seu sangue, com a sua *marcha* e com o seu espírito colectivo de regeneração. Daí a falta de um *duce*, de uma elite, de uma doutrina, de uma fé revolucionária que, nascida e cimentada no campo de batalha, banhasse, desde o princípio, a alma popular⁵¹.»

Referindo-se a Salazar, sublinhava que o chefe e fundador do «Estado Novo» não participou no movimento e acabou por criar um «regime pessoal sem personalidade». Após a análise das suas instituições, reconhecendo aqui e ali a marca e a inspiração do fascismo, rematou da seguinte forma a sua síntese: «Em resumo, enquanto o fascismo é um sistema de pensamento antes de ser um sistema de governo, o Estado Novo é simplesmente um sistema de governo ao qual se procura dar um conteúdo ideal⁵².»

⁴⁸ Cf. CAUR, *Relazione sulla missione compinta dall' AVV. U. Baldi Papini in Portogallo*, Agosto de 1935, Miniculpop, busta 404, ACS, Roma.

⁴⁹ Estas posições eram expressivas, cremos, do Partido Fascista, já que alguns sectores conservadores apoiantes de Mussolini referiam o regime de Salazar como um modelo de evolução possível e desejável do próprio fascismo italiano.

⁵⁰ Sobre as relação entre o «Estado Novo» e o regime fascista italiano, e particularmente sobre estas missões dos CAUR em Portugal, cf. Simon Kuin, «Fascist Italy and Salazar's Portugal», 1926-1936, in *Yearbook of European Studies*, 3-Italy/Europe (Amsterdão, 1990), pp. 101-118, e «O braço longo de Mussolini: os CAUR e Portugal», in *Penélope* (a sair).

⁵¹ CAUR, *op. cit.*, p. 4.

⁵² Id., *ibid.*, p. 10.

No capítulo sobre o partido do salazarismo, logo na introdução, este fascista italiano notava que os seus interlocutores oficiais «ficaram perplexos quando eu perguntei através de que princípios e por que meios se pretendia formar a classe dirigente»⁵³. Resumindo o processo de formação do partido, Papini reconhecia a formação de um partido único, mas não compreendia por que razão não se lhe dava nenhum dinamismo. A UN quedava-se, em sua opinião, por uma «ossatura» débil, espécie de «conselho de sábios», «longe das massas». Nenhuma atribuição «que faça participar o povo na vida do Estado, que o faça viver num clima de tensão ideal». A sua organização não tinha militância. Nenhuma obrigação unia os nela inscritos, «nenhuma disciplina os une, não têm nenhum dever. Ignoram o carácter militar do fascismo italiano e do Nacional Socialismo alemão»⁵⁴.

«Porquê não se dota a UN de uma estrutura mais máscula [...] mais fascista, uma organização mais capilar para a transformar num verdadeiro partido de massas, vivo e activo?» «Um partido, como uma igreja», lembrava Papini, «tem necessidade de reunir os fiéis em cerimónias, ritos, reuniões. Não basta a difusão de opúsculos (que, aliás, é feita mais no estrangeiro do que em Portugal), especialmente quando os analfabetos abundam»⁵⁵. Esta era a pergunta mais interessante («para nós fascistas»), mas o delegado italiano queixava-se de que apenas lhe eram dadas respostas cheias de reticências⁵⁶.

Baldi-Papini colocou estas e outras questões a vários dirigentes da UN e as respostas remetiam sempre para um aspecto: a própria personalidade de Salazar, que, como lhe respondeu um dirigente, «ama o povo, mas não a massa». Alguns, no entanto, deram-lhe pistas mais convincentes.

A primeira remetia para a necessidade de evitar o renascimento «das rivalidades e das guerrilhas, do campanilismo, especialmente na província», o que poderia acontecer, caso se permitisse maior participação na vida política ao partido único. Mas a segunda foi, sem dúvida, a mais credível para o observador fascista, que a repetia para Roma com algum exagero: «É o exército que garante o Estado Novo, é o exército o patrão escondido do país, é o exército, em resumo, que se opõe ao surgimento de um organismo civil potente, por temor de ser desautorizado»⁵⁷.

Papini via, pois, na hierarquia do exército, no difícil compromisso político de Salazar com a instituição fundadora do regime ditatorial, uma das principais razões pelas quais não desenvolveu a UN, assim como uma organização de juventude combativa, já que a promessa da AEV se tinha rapidamente transformado numa desilusão⁵⁸.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 11.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 14.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 16.

⁵⁶ Apesar de os Portugueses não terem vivido «uma revolução de partido que tenha criado traços próprios», Papini sugeria a um dirigente da UN que estes «podiam perfeitamente ter criado símbolos sagrados a partir dos ex-combatentes da Grande Guerra [...]».

⁵⁷ CAUR, *op. cit.*, p. 18.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 22.

2.3. UN E NS — ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO

A UN nasceu por decisiva intervenção de Salazar, ainda ministro das Finanças, mas já o principal dirigente político da ditadura em 1930. O discurso de lançamento que acompanhou a sua organização foi vago, quer em termos de funções, quer em termos de quem a deveria constituir. Salazar remetia para esta organização de iniciativa governamental todos os partidários da ditadura, fossem eles republicanos, monárquicos ou católicos. As suas primeiras bases orgânicas, aliás, declaravam expressamente que nela se admitiam «todos os cidadãos, sem distinção de escola política ou confissão religiosa», desde que aderissem aos princípios do discurso de Salazar de 30 de Junho de 1930⁵⁹. Salientava-se, em seguida, a sua função de mero «apoio cívico» ao poder, sublinhando-se desde logo que este lhe estaria vedado.

2.3.1. A ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A comparação da estrutura organizativa dos dois partidos apresenta alguns problemas, visto durante o período em análise a UN quase não se diferenciar do aparelho administrativo de Estado. Face ao NS, a UN não era apenas um partido dependente do governo, mas uma agência em formação sem qualquer vida interna própria. Mesmo no interior dos sistemas políticos de «partido débil», a estrutura interna da UN é um exemplo quase extremo.

Não tem sentido falar de vida partidária interna da UN ao longo do seu período de formação até 1933. A partir de 1934, quando as novas instituições do regime estavam criadas, a UN entrou numa letargia da qual só saiu nas vésperas do fim da guerra, em 1944. Parte desta letargia remete para uma afirmação clara por parte do poder no sentido de não lhe atribuir grande importância para além do ritual «eleitoral» e legitimador.

Durante os dois primeiros anos da sua existência a UN não teve uma direcção independente do Ministério do Interior⁶⁰. Os despachos do ministro do Interior eram os instrumentos utilizados para dirigir o partido governamental, à medida que os governadores civis iam, com maior ou menor êxito, criando as comissões concelhias e distritais.

Esta dependência marca o partido desde o início e, ao contrário do que se poderia pensar, a letargia da UN é particularmente notória durante os anos 30. Nomeada a sua direcção, em 1932, dotada de estatutos, escolhidos os

⁵⁹ Cf. Oliveira Salazar, *op. cit.*, pp. 69-96.

⁶⁰ Algumas tentativas para a designar falharam por eventuais divergências sobre a sua composição. Em Dezembro de 1931, por exemplo, uma reunião planeada para eleger a comissão central foi adiada *sine die* por não convir «aos interesses do País e da UN [...]», ficando-se por uma comissão provisória (cf. circular do ministro do Interior aos presidentes das comissões distritais da UN de 29-12-1931, maço 452, caixa 5, AGMI/ANTT).

candidatos à Assembleia Nacional, em 1934, a UN quase que desapareceu da cena política nacional. O próprio ditador reconheceu em 1938 que a actividade da UN «foi sucessivamente diminuindo até quase se extinguir»⁶¹. Só nas vésperas de 1945, no quadro da emergência de uma oposição eleitoral ao regime, se voltaria a falar da UN.

Apesar de ter sido fundada em 1930, e a quase totalidade das suas comissões distritais e concelhias estarem formadas poucos meses depois, a primeira comissão central da UN só seria formada em 1932; no entanto, mesmo após a sua nomeação, era o Ministério do Interior e os seus representantes nos distritos que continuavam a dirigir e, em muitos casos, a «reorganizar» as comissões concelhias. Por outro lado, era este que ia informando as comissões sobre as tarefas que deveriam desempenhar. As directivas para apoiar o *Diário da Manhã* ou a vinda a Lisboa de populares da província para as manifestações eram coordenadas pelos governadores civis: estas e as queixas destes sobre a «inanição» de muitas delas eram um tema constante nos seus relatórios⁶². A dependência do aparelho administrativo era quase total. Quando, por exemplo, se tinha de revitalizar as estruturas locais para as eleições, era ao Ministério do Interior e aos governadores civis que se confiava a tarefa.

A própria ligação entre esta comissão central e as comissões distritais e concelhias continuaria ainda a ser feita durante os anos seguintes pelo Ministério do Interior. Um exemplo de inexistência de vida partidária foi o próprio 1.º congresso da UN, em 1934, que foi mais uma manifestação de propaganda e de legitimação para a eliminação de concorrentes (neste caso o Nacional Sindicalismo) do que um congresso de uma organização partidária. A própria figura do congresso nem sequer existia nos estatutos e só após a sua realização foi incluída⁶³.

Após a criação de uma ténue malha organizativa, que seguiu a divisão administrativa do país, esta nunca funcionou, ao longo do período considerado, com um mínimo de autonomia. Mas esta debilidade da UN não se manifestava apenas na dependência do governo e da administração. Ela vai até à ausência de alguns organismos típicos, mesmo nos partidos únicos autoritários, como foram os de propaganda, de formação ideológica e intervenção cultural, ou os sócio-profissionais, que se encontravam, por exemplo, na FET da vizinha Espanha⁶⁴.

⁶¹ Cit. in Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 140.

⁶² O *Diário da Manhã* foi fundado com fundos públicos para acompanhar e dar corpo ao lançamento da UN.

⁶³ Cf. Anabela Parreira *et al.*, «O 1.º congresso da União Nacional», AAVV, *O Fascismo em Portugal* (Lisboa, 1982), pp. 209-210.

⁶⁴ A FET, ainda que estreitamente controlada, desenvolveu uma enorme máquina burocrática que se estendia a organizações de juventude, propaganda e imprensa, sindicatos, etc., que aponta, pelo menos até 1945, para o modelo fascista [cf. sobretudo Ricardo Chueca, *El Fascismo en los Comienzos del Régimen de Franco. Un Estudio sobre FET-JONS* (Madrid, 1983), pp. 169-398, e Sheelagh Ellwood, *Prietas las Filas. História de Falange Española, 1933-1983* (Barcelona, 1984), pp. 113-154].

O «Estado Novo» criou mais tarde organismos estatais para a propaganda, juventude, ou para o *dopo lavoro*, sem qualquer ligação ao partido. Quando muito, o que aconteceu raramente, nomeou funcionários para tarefas concretas que utilizaram a sua rede. Um exemplo entre muitos. Em 1934 criou-se o Centro de Estudos Corporativos da UN, tendo como principal função divulgar os novos princípios do corporativismo, mas os seus membros são funcionários de Estado, dirigidos pelo subsecretário de Estado das Corporações, Pedro Teotónio Pereira.

Como rapidamente se conclui pela consulta dos documentos que presidiram ao lançamento do partido de Salazar, esta debilidade e dependência perde sentido se se abandonarem os procedimentos comparativos com o paradigma clássico dos partidos únicos das ditaduras fascistas. Com efeito, apesar de mais tarde alguns dirigentes do «Estado Novo» se referirem às ditaduras fascistas, quase sempre para apontarem as diferenças, a verdade é que os autores ideológicos e organizativos do lançamento da UN não se inspiraram neste modelo. Mais, se a Constituição de 1933 representou um compromisso formal com princípios liberais de representação, a UN representou também um evidente compromisso organizativo com os republicanos conservadores a nível local.

A ambiguidade organizativa da UN é facilmente constatável pela própria correspondência interna de muitos dirigentes locais para o Ministério do Interior. Enquanto, por exemplo, alguns elementos da direita radical nomeados para algumas comissões concelhias se queixavam logo em 1931 da ausência de vida política interna, da dependência da administração, etc., outros, a maioria, como veremos à frente, manifestavam propósitos tipicamente clientelares e inundavam o Ministério com propostas de nomeação para postos locais, talvez a prática mais durável e intensa das comissões da UN, atingindo todos os sectores do aparelho de Estado. Nesta última perspectiva, a vida política interna da UN foi extremamente activa e recheada de conflitos, por vezes de grande intensidade, desde a sua fundação. Muitos deles davam continuidade a clivagens expressas durante a 1.^a República pela diversidade partidária e transpuseram-se de imediato para o interior da UN.

O próprio modelo organizativo expresso por muitos dos fundadores da UN apontava para a fórmula de compromisso anteriormente apontada, bem visível nas circulares de orientação expedidas pelo Ministério do Interior para os governadores civis. Para o presidente da comissão distrital da UN de Bragança, mais tarde governador civil, tratava-se, por exemplo, da «formação de um grande partido republicano conservador, bem definido, onde as forças de toda esta tendência pudessem entrar [...]», apoiando a passagem aos civis da ditadura⁶⁵.

Alguns dirigentes concelhios da UN, que eram também, em vários casos, filiados da Liga 28 de Maio, vindo mais tarde a aderir ao Nacional Sindica-

⁶⁵ Cf. carta do presidente da comissão distrital de Bragança da UN ao presidente da UN [ministro do Interior] de 28-6-1931, maço 425, caixa 5, AGMI/ANTT.

lismo, aperceberam-se rapidamente de que a UN nunca seria o partido mobilizador e fascista a que aspiravam. Enquanto o presidente da comissão distrital atrás referido apresentava com orgulho o panorama da UN na sua região, de acordo com esse pressuposto, um dirigente da comissão concebia de Alcácer do Sal queixava-se, nesse mesmo ano de 1931, desse «corpo inerte», «sem combatividade e sem doutrina». «Para que a UN seja mais alguma coisa do que um corpo de caciques [...]», referia, era preciso organização, militância, propaganda⁶⁶. No ano seguinte seria fundador local do Nacional Sindicalismo.

Muito embora, mais tarde, o regime tivesse adoptado do fascismo algumas das suas instituições, estas marcas fundadoras da organização do partido, contra as quais este fascista se definia, perduraram ao longo de toda a longa duração do regime de Salazar.

2.3.2. OS DIRIGENTES

Os dirigentes nacionais

Os primeiros dirigentes nacionais nomeados por Salazar para a comissão central da UN deram-lhe uma configuração mais similar a um «colégio de cardeais» do que à direcção de um partido político. Afectos às diversas «sensibilidades» da ditadura militar, estes possuíam uma idade média que rondava os 50 anos, claramente superior à dos próprios deputados à primeira Assembleia Nacional do «Estado Novo» e, no geral, superior à dos membros das restantes instituições do regime⁶⁷.

Para a comissão central da UN Salazar convidou personalidades vindas de diversas áreas do conservadorismo monárquico, republicano e católico, mas com um traço unificador: o vínculo ao Estado, ou por desempenho de cargos ministeriais, ou pela proveniência do alto funcionalismo público e da hierarquia militar.

O primeiro responsável pela UN foi o próprio ministro do Interior à data do seu lançamento, o coronel Lopes Mateus. Durante algum tempo sem direcção autónoma deste Ministério, só em 1932 foi criada a comissão central, quando já estavam constituídas quase todas as estruturas regionais e locais. O seu perfil indica o objectivo aglutinador e não militante da organização. Salazar assumiu a presidência e Albino dos Reis, um ex-filiado de um partido republicano conservador (a União Liberal Republicana), foi nomeado vice-presidente. Para a primeira comissão central foram convidados Bissaia Barreto, outro republicano do Partido Evolucionista

⁶⁶ Cf. carta de Portugal Branco ao ministro do Interior de 21-5-1931, maço 452, caixa 5, AGMI/ANTT.

⁶⁷ Sobre a idade média dos deputados e procuradores à Câmara Corporativa, v. Philippe C. Schmitter, «The social origins, economic bases and political imperatives of authoritarian rule in Portugal», in Stein U. Larsen *et al.* (ed.), *op. cit.*, p. 443.

com grande influência na distrito de Coimbra, João Amaral, juiz e monárquico integralista, ou Nuno Mexia, ligado à União dos Interesses Económicos dos anos 20. Todos os restantes eram ministros ou ex-ministros da ditadura. Alguns militares rematavam a fronda, como Passos e Souza, republicano conservador com alguma influência no exército. Para dirigir a distrital de Lisboa foi escolhido Miguel Sousa e Mello, do Centro Católico.

Não se pense, no entanto, que esta pluralidade de origens significava da parte de Salazar um desejo (ou uma necessidade) de, como o Franquismo faria mais tarde, «integrar» e disciplinar os diversos sectores para os utilizar mais tarde na elite governativa. Se no partido único do franquismo era possível distinguir diversos sectores na sua direcção e uma correlativa representação ao nível governamental e na administração, no salazarismo tal nunca se passou⁶⁸. Ir para a direcção da UN significava antes «reforma» ou compasso de espera pouco prestigiado de cargos governamentais, não existindo qualquer movimento UN-governo.

A nomeação destes dirigentes foi símbolo da magreza de funções que desde o início foram acometidas à UN. Não se tratava de escolher efectivos dirigentes políticos, mas de enviar personalidades simbólicas de algumas correntes políticas ou instituições centrais, como o exército, para uma espécie de «conselho consultivo», cuja ligação às estruturas distritais era escassa, mediatizada, como era, durante a 1.ª fase da sua existência, pelo Ministério do Interior.

Os dirigentes nacionais das duas organizações apresentaram grandes contrastes, quer no campo da origem política, quer no campo geracional. A ausência de juventude é uma característica da UN, particularmente acentuada nos anos 30⁶⁹. No seu 1.º congresso, realizado em 1934, 68 % dos delegados situavam-se acima dos 40 anos⁷⁰. No campo geracional, enquanto a elite NS pertencia maioritariamente às gerações de 20 e 30, os dirigentes da UN dividiam-se entre as de 1900 e 1910.

Diversa também era a origem política dos dirigentes dos dois partidos, obviamente bem mais diversificada no caso do partido governamental. Enquanto os dirigentes nacionais do Nacional Sindicalismo se apresentavam claramente como uma «elite alternativa», com uma coesão ideológica e unidade de origem muito semelhante à dos restantes partidos fascistas europeus, os dirigentes da UN representavam a proeminência das elites conservadoras tradicionais.

⁶⁸ A FET unificada forneceu efectivamente uma parte da elite política nacional ao regime e era possível falar aqui numa «circulação» entre partido, administração e governo, o que nunca existiu, pelo menos nesta direcção, no «Estado Novo» [cf. C. Viver Pi-Sunyer, *El Personal Político de Franco (1936-1945). Contribución Empírica a Una Teoría del Régimen Franquista* (Barcelona, 1978), pp. 145-231, e Miguel Jerez Mir, *Elites Políticas y Centros de Extracción en España, 1938-1957* (Madrid, 1982), pp. 49-178].

⁶⁹ Cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 241-242.

⁷⁰ Cf. Anabela B. Parreira *et al.*, «O 1.º congresso da União Nacional...», *cit.*, p. 213.

Os dirigentes distritais e concelhios

O processo de formação das comissões distritais e concelhias da UN foi relativamente rápido. Em meados de 1931 estavam formadas quase todas as comissões. O processo foi desencadeado a partir dos governos civis e teve como elemento de triagem o Ministério do Interior. Só um ano depois se começou a pensar na sua direcção nacional, o que parece denotar de imediato o principal interesse do governo neste processo inicial: uma espécie de enorme consulta e triagem à notabilidade local que permitisse avaliar da eficácia da sua eventual reconversão e utilização pelo novo regime. Serviu também para um primeiro inventário das resistências, quer das ligadas a algumas franjas do republicanismo, quer da extrema-direita.

De uma forma geral, a escolha das comissões concelhias foi feita pelo governador civil do distrito e enviada ao Ministério para aprovação. No caso de já existir uma comissão distrital, as listas passavam antes por ela. O processo inicial foi, aliás, confuso em muitos concelhos, até porque, inicialmente, o discurso que acompanhava a UN foi tão vago e «abrangente» que não excluía filiações paralelas, nomeadamente em outras organizações do «campo» da ditadura, como a Liga 28 de Maio, as monárquicas e, mais tarde, o próprio Nacional Sindicalismo. O próprio Rolão Preto e alguns outros se filiaram na União Nacional.

A estabilidade destas comissões concelhias era frágil e a luta política pelo seu domínio foi em muitos casos feroz, o que provocava muitas vezes o seu quase desaparecimento. A alteração da sua composição era frequente, ou por inacção dos seus membros, ou por mudanças que o próprio governador civil impunha perante o peso relativo da facções locais, isto quando o próprio governador civil não era o produto de uma facção.

Em meados de 1931, já com a larga maioria das comissões distritais e concelhias formadas e aprovadas, a ditadura ensaiou a primeira utilização da rede e organizou uma manifestação da UN em Lisboa. O Ministério enviou uma circular a todas as comissões, foram pagos comboios especiais vindos da província e a imprensa informou terem as comissões da UN mobilizado cerca de 14 000 pessoas. Anunciou-se também a realização de «eleições», posteriormente adiadas, provavelmente por receio de que, ainda que controladas, elas não dessem os resultados de legitimação esperados, até porque se anunciou uma «aliança republicana e socialista», vasta coligação do que restava dos partidos republicanos.

A origem política

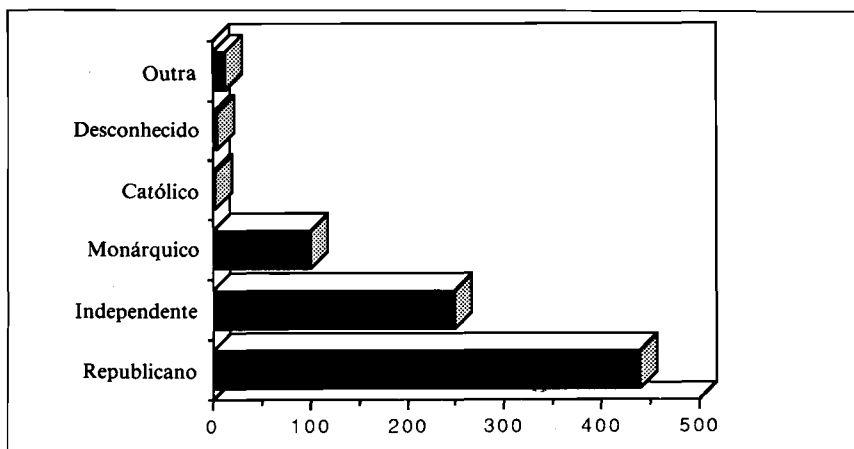
Em finais de 1930 o ministro do Interior ordenou aos governadores civis um inquérito às filiações políticas anteriores a 26 de Maio de 1926 dos dirigentes distritais e concelhios da UN, e as respostas vieram em meados do ano seguinte. Muito embora com as limitações analíticas das próprias cate-

gorias utilizadas, das mudanças subsequentes e da imprecisão, ele fornece o «quadro fundador» do que será, após a eliminação repressiva dos concorrentes, o partido único do salazarismo.

Obedecendo a uma grelha que lhes tinha sido indicada pelo Ministério, os governadores civis dividiram os dirigentes em quatro grandes classificações: republicanos, monárquicos, católicos e independentes, sendo nos primeiros, sempre que possível, discriminada a sua filiação partidária. A identificação da origem política de 806 dirigentes concelhios de oito distritos de Portugal continental permite, pelo menos, um quadro aproximativo das grandes tendências que presidiram à selecção realizada pelo governo em 1931⁷¹:

Origem política das comissões concelhias da UN

[FIGURA 6]



Estes valores confirmam, cremos, o que alguma intuição já adivinhava, ou seja, a acentuada percentagem de elementos dos partidos republicanos que aderiram à ditadura. O elevado número de independentes deve motivar alguma prudência; no entanto, estudos de caso que desbravem estes 30 % poderão ainda reduzi-los significativamente a favor dos partidos republicanos, já que é provável que incluam filiados que se afastaram antes do derube da República parlamentar.

Quanto aos monárquicos, os governadores civis separaram os integristas desta categoria, identificando apenas sete, o que, mesmo assim, quase seguramente, pecando por defeito, dá uma noção de uma resistência clara à filiação na UN. Tal não é de estranhar, pois mesmo alguns dos nomes de

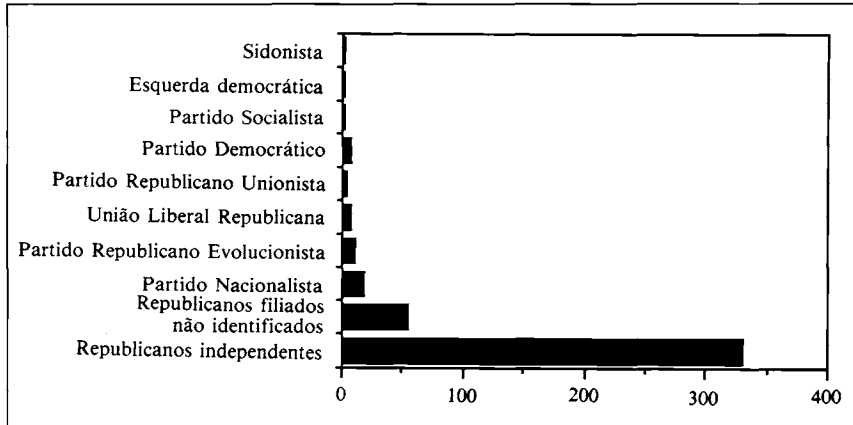
⁷¹ Apurou-se a grande maioria das comissões concelhias dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu (cf. maço 451, caixa 4, AGMI/ANTT).

integralistas que se encontram nas listas se demitiram ou serão afastados nos anos seguintes.

Observe-se agora a distribuição ideológica e partidária dos dirigentes da UN que eram identificados como republicanos:

Dirigentes republicanos das comissões concelhias da UN

[FIGURA 7]



Se para os classificados como independentes no quadro anterior só estudos de caso poderão diminuir a sua percentagem, na destriça dos dirigentes «republicanos independentes», ou seja, sem filiação partidária, possuímos indicadores claros de que o número de filiados era muito maior e a grande predominância ia, obviamente, para os partidos republicanos conservadores ⁷².

Entre estes destaque-se o Partido Nacionalista e a União Liberal Republicana de Cunha Leal, apoiantes do golpe de Estado de 1926 e candidatos à sua hegemonização, velhos opositores locais do Partido Democrático. Muitos militantes destes partidos, mesmo que os seus dirigentes de Lisboa se incompatibilizem com Salazar, forneceram comissões concelhias inteiras à UN ⁷³.

Vários governadores civis, na descrição das orientações políticas dos dirigentes, classificaram como «republicanos independentes» todos os que em 1931 já se encontravam desligados dos seus partidos de origem. No distrito de Vila Real, por exemplo, o presidente da comissão distrital da UN, José

⁷² Identificámos como «republicano com filiação partidária não identificada» todos os que nas respostas eram descritos apenas como «republicano com filiação partidária» sem a indicação expressa do partido.

⁷³ Desinteligências locais provocavam dezenas de denúncias ao ministro do Interior. Em 1932, por exemplo, o presidente da comissão concelhia da UN de Freixo de Espada à Cinta denunciava o governador civil do distrito de Bragança e presidente da comissão distrital de alterar a favor dos seus amigos as presidências de câmaras e os administradores de concelho. Para «queimar» o governador e presidente da distrital acusava-o de favorecer velhos caciques do Partido

Timóteo Montalvão Machado, acompanhou a lista com um comentário político global e referia várias comissões concelhias como sendo constituídas por elementos do partido de Cunha Leal, «hoje perfeitamente integrados na UN». No entanto, na lista propriamente dita, enviada pelo governador civil, estes apareciam como «republicanos independentes»⁷⁵.

Por outro lado, é possível identificar movimentos organizados de ex-republicanos do mesmo partido que dominaram maioritariamente comissões concelhias, particularmente no caso do Partido Nacionalista e da União Liberal Republicana, e este movimento recebeu a aprovação do governador civil e do Ministério do Interior, ao confirmá-las. Mas o excessivo número de dirigentes cuja filiação era desconhecida ou não discriminada limita qualquer análise mais precisa.

Sabíamos já que o discurso político oficial que presidiu ao lançamento da UN sublinhava as adesões da notabilidade republicana conservadora. Foram, de facto, inúmeras as sessões de inauguração de delegações locais com a presença de muitos dirigentes que reivindicavam a sua anterior filiação em partidos republicanos conservadores, mas os próprios relatórios internos, que os responsáveis pela selecção dos dirigentes enviavam ao Ministério do Interior, provam até à exaustão as críticas e acusações daqueles que, acantonados na Liga 28 de Maio e depois no Nacional Sindicalismo, faziam à UN. Mas até que ponto, e como se transferiram ou modificaram as velhas máquinas clientelares dos partidos do sistema liberal republicano para a UN, só através de um número significativo de estudos de caso o poderemos saber⁷⁶.

Quanto às comissões distritais, apesar de o inquérito ter sido mais preciso, os dados recolhidos não alteram o quadro anterior em termos de percentagens. Evidentemente que o controle foi maior e as mudanças de nomes no período considerado também, mas as categorias «republicano» e «republicano independente» eram maioritárias em comissões como as do Porto, Faro ou Coimbra. Em Vila Real, por exemplo, para o qual existe informação mais precisa, o presidente da distrital referia como comentário à com-

Nacionalista e citava um carta em que este convidava vários elementos do Partido Nacionalista local para comissões concelhias. Apesar de alguns elementos de Lisboa terem dado ordem para não aderir à UN, o então já dirigente da UN concluía na carta citada que, apesar dessas directrizes, se deveria aceitar «[...] pois isto está firme para mais cinco ou seis anos e não se pode deixar o certo pelo duvidoso. Quando voltar o Doutor Lopes Cardoso a ter necessidade de votos, se um dia voltarem os partidos, lhes daremos o nosso; agora vamos com os que estão, que nos estimam e fazem coisas» (cf. carta do presidente da comissão concelhia da UN de Freixo de Espada à Cinta ao ministro do Interior de 14-9-1932, maço 455, caixa 8, AGMI/ANTT).

⁷⁴ Cf. relatório do presidente da comissão distrital da UN de Vila Real ao presidente da comissão executiva da União Nacional de 3-7-1931, maço 455, caixa 8, AGMI/ANTT.

⁷⁵ Cf. relatório do governador civil de Vila Real ao ministro do Interior de 9-4-1931, maço 451, caixa 4, AGMI/ANTT.

⁷⁶ «Uma terrível continuidade» é a conclusão de um estudo de caso do distrito de Vila Real (cf. Rui Ramos, «O Estado Novo...», p. 135).

posição da mesma: «São todos republicanos e, embora alguns tenham estado filiados em diversos partidos republicanos, acompanham hoje lealmente a UN⁷⁷.» Ulteriores investigações poderão confirmar ou infirmar mais facilmente estes dados, até porque a visibilidade política das comissões distritais era bastante maior.

Um primeiro aspecto que importa salientar foi o da demarcação entre as elites das duas organizações. Muito embora seja impossível verificar uma eventual dupla filiação, é possível, pelo menos, aferir que foram poucos os casos de dupla pertença a organismos concelhios e distritais das duas organizações. Ou seja, quer por directiva da UN, quer por resistência ao convite, até à cisão e posterior dissolução do NS, os dirigentes das duas não se confundiam.

Em 1933, de uma amostra da composição de cerca de sete comissões distritais das duas organizações apenas se encontraram cinco elementos com dupla filiação dirigente (de um conjunto de 120 membros)⁷⁸. Nas comissões concelhias este número deveria aumentar, ainda que a escassez de dados não permita uma quantificação rigorosa. Integrando algumas comissões concelhias logo em 1930, a escolha de organizações mais mobilizadoras, como a Liga 28 de Maio, foi evidente e a adesão ao Nacional Sindicalismo representou um quadro de acção diferenciado, mais ideológico e mobilizador. Um segundo aspecto diz respeito à origem política dos dirigentes. Aqui parece claro que, em movimento semelhante ao já referido para os dirigentes nacionais, os dirigentes locais NS apresentaram uma origem mais uniforme e ideológica, cujo rasto, como vimos atrás, remonta fundamentalmente ao integralismo lusitano e a outros núcleos de resistência ao liberalismo republicano, ou então a jovens quadros politizados pelos fascistas na universidade que iniciavam a sua vida profissional na província.

No campo da UN o esforço parece ser outro, pelo menos na sua fase inicial. Não só esta teve uma origem mais diversificada, como sobretudo foi mais clientelar do que ideológica. O esforço de captação de uma boa parte das redes dos partidos republicanos conservadores parece ter sido elevado, ao qual, aliás, correspondeu um discurso político bem mais moderado do que o que caracterizaria o regime na segunda metade dos anos 30.

O perfil sócio-profissional

O perfil sócio-profissional das comissões distritais e concelhias das duas organizações apresenta algumas diferenças, mas a não desagregação de certas categorias, como a dos «proprietários» e outras, constitui um factor inibidor. Apesar de ser tentador retirar algumas conclusões, a ausência de estu-

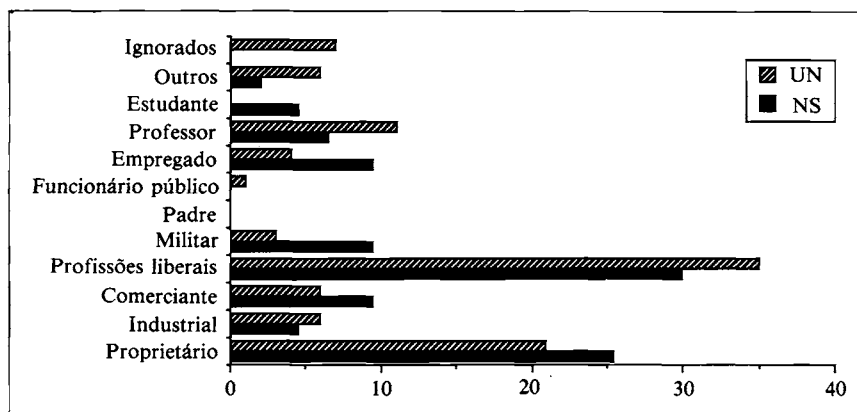
⁷⁷ Cf. relatório atrás citado do governador civil de Vila Real.

⁷⁸ Confrontámos as comissões distritais de Lisboa, Viseu, Porto, Faro, Guarda, Évora, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Braga e Bragança.

dos de caso das organizações locais da UN não nos permite ir muito longe (cf. fig. 8)⁷⁹.

Composição sócio-profissional das comissões distritais NS-UN

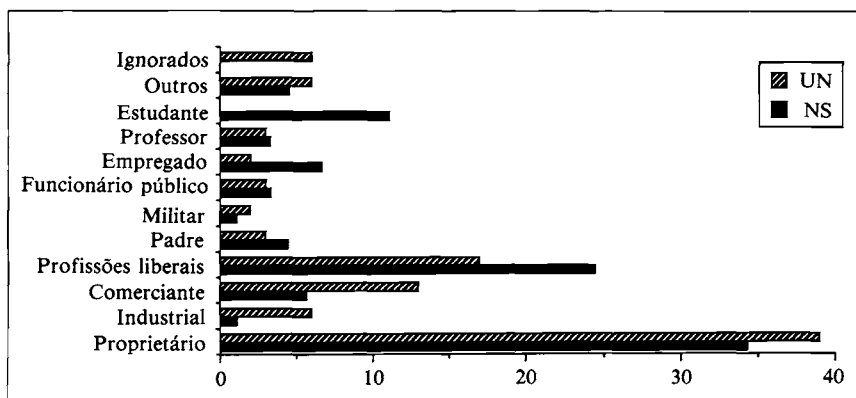
[FIGURA 8]



As comissões distritais apresentam apenas uma ligeira diferença, confirmando a presença tendencial de um maior número de categorias típicas dos partidos fascistas no NS, como os estudantes ou os empregados, e alguns militares de baixa patente, sobreviventes da Liga 28 de Maio.

Composição sócio-profissional das comissões concelhias NS-UN

[FIGURA 9]



⁷⁹ Os dados referentes à UN foram retirados de Arlindo Caldeira, «O partido de Salazar...», cit., pp. 976-977.

Quanto às comissões concelhias, registaram-se as mesmas tendências, ainda que a diferença entre o pequeno número de delegações concelhias NS sobre as quais possuímos elementos e a quase totalidade das correspondentes da UN não permita grande rigor⁸⁰.

2.3.3. OS ADERENTES

A figura do aderente da UN impõe alguns esclarecimentos prévios, pois trata-se de uma categoria de difícil caracterização⁸¹. Entre 1930 e 1933, período que aqui nos interessa para efeitos de comparação, a adesão à UN foi inequivocamente *aberta*. Os próprios estatutos da UN não tinham sequer a secção «Direitos e deveres» dos «associados». Bastava serem «maiores e estarem no pleno gozo dos seus direitos políticos». Só mais tarde, à medida que as comissões locais começaram a ser inundadas com «pedidos» e «favores», sucessivas circulares apelavam a um maior cuidado e controle das adesões.

Algumas descrições do processo de formação da UN a nível local corroboram este carácter aberto. Nos primeiros anos as inscrições no partido governamental eram feitas nas sedes dos governos civis e das câmaras municipais, sem qualquer requisito, para além dos já assinalados.

Os aderentes, para além de mobilização esporádica para vindas a Lisboa às manifestações, não tinham quaisquer «direitos e deveres» e não participavam, de facto, na organização, pelo que o governo não manifestava qualquer preocupação perante a denúncia de «infiltrações». A maioria destas, aliás, não se referiam a «infiltrações políticas», mas a mero clientelismo.

A adesão ao NS era também *aberta*, à luz da tipologia de Duverger. Evidentemente que os boletins de adesão eram mais ideológicos (contendo os princípios do movimento e palavras de ordem) e o simples facto de a inscrição não ser feita directamente pela administração pressupõe uma adesão clientelar seguramente menor, mas a demagogia do NS, intitulado-se embrião da organização corporativa, cumpriu certamente efeitos paralelos. Embora possa apontar algumas tendências, a comparação do perfil de adesão das duas organizações tem um interesse limitado, dada, cremos, a natureza quase exclusivamente clientelar da adesão à UN.

A distribuição geográfica da adesão

Em finais de 1933 a UN deveria contar com cerca de 20 000 «associados», andando a par com o número dos NS⁸². A comparação da distribui-

⁸⁰ Arlindo Caldeira identificou cerca de 1737 elementos de comissões concelhias da UN face à centena de elementos do NS sobre os quais temos elementos.

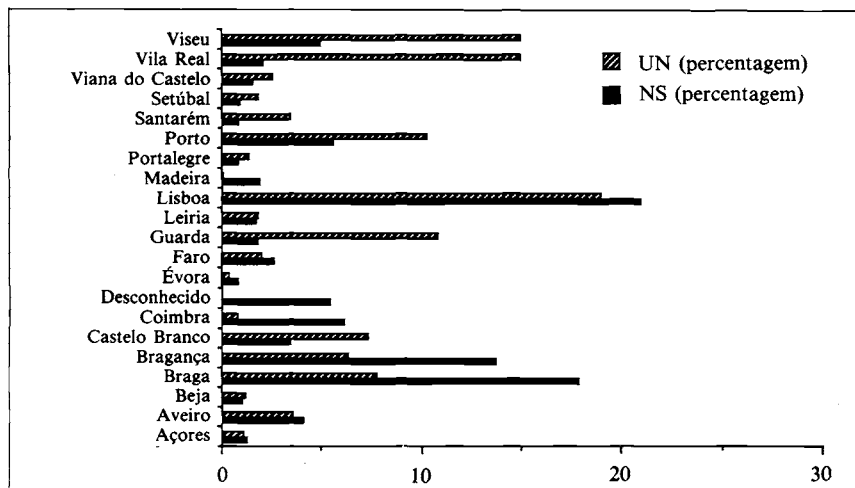
⁸¹ Cf. Maurice Duverger, *Les partis politiques* (Paris, 1956), p. 93.

⁸² Segundo a investigação de Manuel Braga da Cruz, a UN possuía em 1933 cerca de 18 871 aderentes.

ção geográfica dos aderentes das duas organizações revelou algumas diferenças, mas não tantas como se poderia esperar⁸³ (cf. fig. 10).

Distribuição nacional dos aderentes NS-UN em 1933

[FIGURA 10]



O NS possuía uma implantação mais urbana e litoral do que a UN, estando, no geral, mais representado em distritos como Lisboa, Coimbra, Porto e Braga. A UN, apresentando embora menor recrutamento nas zonas mais desenvolvidas, está sobretudo representada nos distritos rurais do interior centro e norte, como Vila Real, Guarda e Viseu, com 15 % nos dois primeiros e 10 % neste último.

A base social dos aderentes

A UN nunca procurou uma clientela popular. O próprio ditador diria um dia, não em privado para os seus ministros, mas num discurso público, referindo-se à classe operária, que «não precisamos de a incensar, para que nos sirva de apoio, nem de incendiar-lhe as iras para depois a mandarmos fuzilar pelos seus excessos»⁸⁴. Os próprios instrumentos de «consenso» dirigidos aos grupos sociais populares que criou mais tarde não passaram nunca pela alçada do partido único. O NS, pelo contrário, procurou até à exaustão uma base popular⁸⁵.

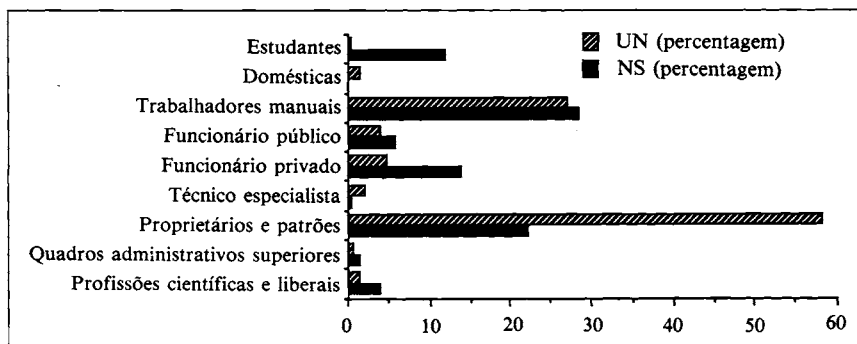
⁸³ Os dados referentes à distribuição dos aderentes da UN em 1933 (17 105) foram retirados de Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 233.

⁸⁴ Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 178.

⁸⁵ Na comparação entre a composição sócio-profissional das duas organizações utilizámos as categorias apresentadas por Manuel Braga da Cruz, visto este não desagregar algumas des-

Composição sócio-profissional dos aderentes NS-UN em 1933

[FIGURA 11]



Face aos 58,2 % de proprietários e patrões aderentes à UN, o NS apresenta um número significativamente superior de empregados do sector privado, estudantes e trabalhadores manuais, resultado de um efectivo esforço militante junto das classes médias e do operariado.

2.4. A TENSÃO NS-UN — ALGUNS EPISÓDIOS LOCAIS

É difícil construir uma tipologia dos múltiplos conflitos a nível local entre o Nacional Sindicalismo e a UN sem a realização de estudos de caso exaustivos. Por outro lado, a própria UN era ainda, como se viu atrás, um conglomerado de comissões dependentes do Ministério do Interior e atravessada por divergências internas, que remetiam directamente para clivagens clientelares locais, cuja análise será aqui subestimada.

À medida que a animosidade entre o governo e os fascistas crescia ao longo de 1933, os governadores civis, obedecendo a instruções do Ministério do Interior, começaram a expulsá-los de alguns postos na administração local que estes detinham ou herdaram da Liga 28 de Maio. A UN local coadjuvava esta acção de ocupação e controle, mas não desenvolvia qualquer mobilização alternativa. Os poucos esforços de «integração» verificados eram impostos por governadores mais audaciosos, sobretudo se enviados por, ou de, Lisboa.

De uma forma geral, encontrámos dois tipos de situações. A primeira, rara, representada por uma coexistência relativamente pacífica entre as duas organizações, quando os núcleos do NS eram de formação recente, fundados, no geral, por ex-estudantes recém-regressados às suas cidades de origem. Estes dirigentes locais demarcavam-se dos da UN pela sua juventude e pelas

tas, caso dos «proprietários e patrões»; apenas unimos as categorias «trabalhadores manuais especializados» e «não especializados» (cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 239).

pretensões de mobilização dos grupos sociais populares. Os problemas agravavam-se no caso das delegações formadas por ex-integralistas ou dirigentes da Liga 28 de Maio, que, ou aderiram à UN, abandonando-a (ou, sendo forçados a abandoná-la, o que também aconteceu) por discordâncias com o seu modo de funcionamento, ou continuaram organizados, em alternativa à UN. Tratava-se, no geral, de núcleos de antiga implantação local que, em muitos casos, ainda estavam, ou tinham estado já, sob a ditadura, em comissões administrativas de câmaras municipais. Perante a opção de neutralização destes focos de «agitação» e «mobilização» por parte do governo e a clara predominância da notabilidade local conservadora na selecção dos dirigentes da UN, estes núcleos NS radicalizaram então as suas posições.

Um exemplo do primeiro caso, raro, se não único, a nível local, foi o do Algarve, onde a fundação do Nacional Sindicalismo se deveu a um núcleo de jovens oriundos do distrito recém-formados pelas Universidades de Lisboa e Coimbra e que começaram a sua actividade profissional. A organização da UN datava de 1931 e dominava já a administração local, existindo um corte geracional e social significativo entre as comissões concelhias das duas organizações.

A complementaridade na acção política dos dois partidos parece desenvolver-se sem problemas até ao Verão de 1933. *O Nacional Sindicalista*, órgão local fundado um ano antes, denotava uma grande proximidade discursiva com o órgão central publicado em Lisboa, mas a mobilização local não era contrariada pela administração ou pela UN local. A UN era a «ordem» e o NS a «acção». Cada uma «com as suas características [...]», convergentes na finalidade de servirem o «ideal nacional»⁸⁶.

Apesar de ser evidente a acção da censura sobre o seu órgão local, os nacionais sindicalistas desenvolviam a sua acção política sem grandes limitações. Nas conferências era comum a presença do presidente da comissão concelhia da UN, o capitão Manuel Alexandre, e enviavam-se telegramas a Salazar e a Rolão Preto⁸⁷. Quando alguns ministros visitavam o Algarve, os NS esperavam-nos fardados e em «saudação à romana»⁸⁸.

Mas na maioria dos concelhos e distritos foi em clima de tensão que coabitaram as duas organizações. Em Coimbra os conflitos entre NS e a UN remontavam, como vimos atrás, à própria fundação da última, já que parte dos seus fundadores se tinham demitido do partido governamental quando alguns elementos de matriz republicana conservadora, nomeadamente Bis-saia Barreto, foram convidados a aderir à UN. A delegação da Liga 28 de Maio foi, assim, constituída em oposição ao partido governamental, e foi esta que deu origem ao Nacional Sindicalismo no final de 1932.

Na sequência do anúncio de uma conferência pública de Rolão Preto sobre «a revolução nacional dos trabalhadores», o governador civil, obede-

⁸⁶ Cf. *O Nacional Sindicalista*, Faro, de 5-3-1933, p. 1.

⁸⁷ *Ibid.* de 15-1-1933, p. 1.

⁸⁸ *Ibid.* de 5-3-1933, pp. 4-5.

cendo a instruções do Ministério do Interior, tomou medidas drásticas e encerrou a delegação, proibindo quaisquer manifestações públicas do movimento. Os NS manifestaram-se então com palavras de ordem do tipo «abaixo o penetralho» e «abaixo Bissaia Barreto» e nem o facto de estes contarem com um número significativo de professores universitários que protestaram em carta a Salazar impediu a sua ilegalização precoce.

Notava-se entre eles, referia o governador civil para Lisboa, «uma grande má vontade contra a política de bom senso [...]», nomeadamente no que tocava à adesão de republicanos conservadores do distrito à UN, amigos de Bissaia Barreto. Por outro lado, o governador civil mostrava-se também apreensivo com o programa político do NS, com a sua «organização do Estado nacionalista a que chamam totalitário, feito à pressa, com um realce anticapitalista que nos parece despropositado e impolítico» e com o desrespeito constante «às autoridades»⁸⁹.

Coimbra representou um caso de transferência de uma comissão da UN para o NS, mas na maioria dos concelhos sobre os quais existe informação os núcleos fascistas não aceitaram ou não foram escolhidos para os órgãos dirigentes da UN, muito embora alguns se tivessem filiado em 1931.

Na Anadia a delegação da Liga 28 de Maio ridicularizava constantemente a UN local. Em Março de 1932, por exemplo, escrevia-se no seu órgão concelhio: «Consta que a comissão da UN da Anadia ultimamente vinda a público vai ser modificada [...] é esta a quinta ou sexta tentativa de organizar a UN entre nós. Umas morreram antes de nascer [...] ora para prestígio da ditadura é preciso que se acabe com tão vergonhosos processos⁹⁰.» A delegação da Liga, base da delegação do Nacional Sindicalismo, já tinha dominado a administração do concelho e tinha sido preterida na escolha da comissão concelhia da UN⁹¹. Bem ou mal organizada, esta acabaria por ser designada para a câmara local e, apesar das boas relações formais entre as duas organizações, esta conseguiu irradiar os que aderiram ao Nacional Sindicalismo.

Em Agosto de 1932, ao tentarem demitir o secretário da Câmara, que era afecto ao NS, ex-dirigente da Liga, apesar de este se ter desligado formalmente da actividade política, um grupo de NS invadiu a Câmara, quando esta se encontrava em reunião, expulsou os seus elementos «e partiu o mobiliário»⁹². O assalto, da autoria de um grupo de dirigentes locais, «composto por pessoas de categoria social», ficaria impune e o Ministério do Interior impediu o afastamento. Entre os participantes contavam-se, de facto, um médico, director do órgão NS local, e um padre, Abel Condesso, que, de

⁸⁹ Relatório do governador civil de Coimbra ao ministro do Interior de 6-2-1933, maço 463, caixa 15, AGMI/ANTT.

⁹⁰ Cf. *Ordem Nova*, Anadia, de 5-4-1932, p. 1.

⁹¹ Cf. carta de António Costa e Almeida ao governador civil de Aveiro de 26-11-1930, maço 451, caixa 4, AGMI/ANTT.

⁹² Cf. relatório do governador civil de Aveiro ao ministro do Interior de 16-8-1932, maço 455, caixa 8, AGMI/ANTT.

resto, continuou ao lado de Rolão Preto após a cisão e foi dirigente da organização na fase clandestina. Alguns apoios na neutralização dos incidentes, nomeadamente o do administrador do concelho, um capitão frequentador dos comícios do Nacional Sindicalismo, não foram, provavelmente, estranhos ao acontecimento.

Em Janeiro de 1933 Rolão Preto visitava a Anadia com outros delegados de Lisboa e a confraternização contou com a presença deste militar administrador do concelho. O núcleo local desenvolveu ainda alguma mobilização, incluindo comícios na região e a participação nos de Coimbra e do Porto, envolvendo-se em conflitos de rua com militantes da oposição antifascista. Segundo a imprensa republicana local, no entanto, o administrador do concelho seria exonerado pouco tempo depois⁹³.

Em alguns outros casos o Nacional Sindicalismo estava escorado na administração local em 1933 e sofreu um cerco, sob a direcção do governador civil e com o apoio da hierarquia religiosa e das «forças vivas» locais que aderiram à UN, para a sua expulsão destas posições. Observe-se o exemplo de um concelho da Beira Alta, do qual se tem um relato pormenorizado, escrito pelo governador civil da Guarda.

Em Abril de 1933 a Câmara Municipal de Fornos de Algodres inaugurou uma série de melhoramentos realizados sob a direcção do tenente Castel Branco, militante NS, com a presença de Rolão Preto e outros dirigentes vindos de Lisboa, nomeadamente. «Tudo indicava», escrevia o governador civil, «o propósito de empalmar o entusiasmo das festas em benefício da propaganda do Nacional Sindicalismo e em monoscabar a acção do governo⁹⁴.» Durante os discursos os NS «excederam-se» de tal forma que o bispo de Viseu, também presente, se retirou apressadamente e o governador civil não compareceu. Apesar de já existir uma comissão concelhia da UN, sublinhava o governador, «não foi aproveitada a ocasião para lhe dar posse» e atacou-se o próprio representante do governo⁹⁵.

Perante a queixa das «forças vivas» da UN, solidárias com o governador civil, os dirigentes da Câmara demitiram-se e este nomeou uma nova comissão, afecta ao partido governamental. Ao pretender desencadear uma manifestação contra esta, a GNR interveio e prendeu «os desordeiros», aliás de «baixa» condição social. Perante as habituais acusações de «reviralhismo» por parte dos NS, o delegado do governo considerou-as meras «calúnias» sem fundamento⁹⁶.

⁹³ Esta exoneração, segundo um jornal afecto à oposição antifascista, teria «desgostado os integralistas» (cf. *Ideia Livre*, Anadia, de 11-2-1933, p. 1).

⁹⁴ Cf. relatório do governador civil da Guarda ao ministro do Interior de 4-5-1933, maço 462, caixa 15, AGMI/ANTT.

⁹⁵ O governador civil encarava estes ataques naturais porque tinha «proibido no meu distrito os comícios rurais do NS, por entender que só há uma doutrina política a defender por aqueles que são afeiçoados ao governo: a dos princípios da União Nacional, o único que é patrocinado pelo governo e que os nacionais sindicalistas pretendem desacreditar [...]».

⁹⁶ *Ibid.*

A estranheza deste governador civil e dirigente distrital da UN perante a acção política local dos nacionais sindicalistas constatamo-la em relatórios referentes a outros distritos com forte presença militante dos fascistas onde, confrontadas com a sua actividade, esta era percebida pelas autoridades como elemento de agitação num meio que se queria obediente e respeitador das hierarquias sociais tradicionais.

No distrito de Leiria, onde brigadas NS distribuíam manifestos e formulários de inscrição, realizando pequenos comícios de agitação, o governador civil relatava para Lisboa o seu método de trabalho e a «confusão» que estes provocavam. Os principais dirigentes locais do NS eram dois tenentes com larga actividade política, o que inibia a sua punição. Os NS «teem percorrido algumas freguesias deste concelho, de bicicleta, parando às portas das Igrejas, na ocasião da saída das missas, procurando formar grupos, fingindo tirar retratos e adoptando outros expedientes para reterem os campônios. Quando conseguem ter reunido um número razoável de pessoas, distribuem então uns manifestos e fazem o seu comício⁹⁷.»

Nesses comícios, referia o governador, faziam-se afirmações «de tal forma audaciosas que lançam a desorientação na alma da gente simples dos campos, por os oradores se apresentarem como defensores da situação e, apesar disso, fazerem a propaganda de doutrinas que nunca foram defendidas pelas pessoas afectas à ditadura que teem ouvido falar em público; essa desorientação ainda se torna maior por se tratar de oficiais do exército».

Os informantes do governador, afectos à União Nacional, afirmavam-lhe que o tenente Virgulino exprimia posições «de tal forma aproximadas das doutrinas bolchevistas que um canteiro, que professa essas ideias, se declarou inteiramente concordante com as afirmações feitas por esse oficial»⁹⁸. Tais procedimentos levaram o representante do governo a proibir também este tipo de propaganda do Nacional Sindicalismo⁹⁹. Apesar disso, os NS de Leiria continuaram a ser referidos pelos governadores civis nos anos seguintes como um foco de «agitação», pois parte dos serviços centrais do movimento passaram em finais de 1933 para aquela cidade.

Outros exemplos se poderiam dar das múltiplas tensões entre as delegações locais do Nacional Sindicalismo e da UN, mas os casos referidos são suficientes para ilustrar, com a evidente mediatização de clivagens locais, o eco do conflito mais geral que se desenvolvia entre o Nacional Sindicalismo e o salazarismo. Conflito que representou sobretudo a eliminação dos focos de mobilização fascista e a sua secundarização, a nível local, a favor, muito mais do que se poderia pensar, da notabilidade conservadora, na sua maioria de origem republicana, acantonada na UN. As sempre ferozes e reac-

⁹⁷ Cf. relatório do governador civil de Leiria ao ministro do Interior de 19-7-1933, maço 463, AGMI/INTT.

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ Cf. circular-confidencial n.º 1877 do governador civil de Leiria aos administradores de concelho de 4-8-1933, maço 463, AGMI/ANTT.

tivas denúncias de «reviralhismo» e «adesivagem» com que os fascistas mimoseavam o partido criado por Salazar não eram, de facto, meras figuras de retórica.

Nem todos os governadores civis, no entanto, manifestaram a hostilidade dos precedentes pelo Nacional Sindicalismo local. Nomeado em Julho de 1934 governador civil de Vila Real, o ex-secretário de Salazar, tenente Assis Gonçalves, recebeu uma delegação de «chefes nacionais sindicalistas» do distrito no próprio dia em que Salazar ilegalizava o movimento, após a expulsão do país de Rolão Preto. No seu relato a Salazar da reunião este resumiu as declarações da delegação: «viam Rolão Preto como único chefe, condensador e intérprete das suas doutrinas»; «julgavam-se uma força e senhores exclusivos dos papiros doutrinários da revolução nacional»; «criam ter sido eles quem fez a reacção do 28 de Maio»; «que desejavam colaborar comigo, mas afastando todos os demais»¹⁰⁰. O alvo central das suas críticas era a UN e Assis Gonçalves, que tinha substituído Montalvão Machado como governador civil e se preparava para o afastar da direcção da comissão distrital, prometeu «que trabalharia por uma UN em qualidade e não em quantidade». No dia seguinte um membro da delegação voltou e disponibilizou-se para colaborar. Assis Gonçalves terminava optimista: «Lá para o fim de Agosto, quando penso começar a mexer nas organizações políticas e administrativas, depois de me ter inteirado dos xadrezes locais, veremos se ainda mantêm os seus propósitos e podemos aproveitá-los para fazer alguma coisa»¹⁰¹.

Assis Gonçalves estava convencido de que, à medida que a escala se reduzia, era mais fácil dissolver alguns conflitos. Ao descrever em Setembro o panorama em que se encontrava a «situação» nos diversos concelhos, este deu o exemplo do de Sabrosa: «quatro correntes diferentes dentro da situação: uma contra Montalvão — forte —, outra a favor — fraca —, outra de Vicente de Freitas — a menor —, finalmente, outra nacional sindicalista — pequena (contra todas as outras)»¹⁰². Ao «desemaranhar uma tal rede com paciência e cautela», Assis resolveu manter o presidente da Câmara, mas, como este era influenciado pelo secretário da mesma, um antigo influente local do Partido Unionista, deu um conselho de discrição ao segundo, mandando-o «apagar-se na opinião pública». Como o administrador do concelho era incompetente, decidiu nomear o chefe local do nacional sindicalismo, «um rapaz novo, de boa apresentação e fortuna», que tinha influência na organização distrital do movimento. Existia uma justificação suplementar para esta escolha: o NS era primo do principal influente local do Partido Democrático e, por causa deste parentesco, não o hostilizaria, o que convinha à «situação». «O nacional sindicalismo e o democratismo», concluía Gonçalves, «vão-se assim esbatendo e assimilando devagarinho.»

¹⁰⁰ Cf. Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 128-129.

¹⁰¹ Id., *ibid.*

¹⁰² Id., *ibid.*

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Giovanni Sartori, referindo-se à emergência dos sistemas de partido único no século XX, assinala que, «quanto mais modernizada e ou desenvolvida é a sociedade, mais o antipartidarismo cede ao unipartidarismo — pelo menos no sentido de que a segunda solução revela-se muito menos frágil e muito mais eficiente do que a primeira»¹⁰³. Esta tendência parece ser confirmada pela experiência histórica dos regimes autoritários e fascistas do período entre as duas guerras. De facto, nos países em que a ordem liberal e democrática do pós-guerra conheceu a existência de partidos de massas e ampla participação política, o partido único do regime que lhe sucedeu foi, no geral, mais importante e mobilizador, independentemente do maior ou menor grau de dependência do Estado.

Quer no franquismo, quer no regime fascista italiano, os respectivos partidos únicos, ainda que dependentes e controlados, desempenharam inúmeras funções no sistema político que não encontramos no seu correspondente português. Um dos factores genéticos da diferença remete, sem dúvida, para a existência prévia em ambos os países de partidos fascistas e de direita significativos. Em ambos o novo partido único aglutina várias formações. Em Itália foi o partido fascista que recebeu e englobou outros partidos. Em Espanha o movimento foi mais paritário, até porque a Falange de las JONS era bem mais fraca. Em Portugal as formações de direita que participaram no derrube da ordem liberal tinham uma expressão partidária mínima, os seus partidos nunca tiveram expressão que ultrapassasse ou o grupo de pressão ideológico ou o do grupo de «notáveis» e a sua força escorou-se em duas instituições centrais: o exército e a Igreja.

Alguns dos factores genéticos da debilidade do partido único do salazarismo já foram atrás abordados, mas os dados comparativos apresentados permitem, pelo menos, complementá-la com outros elementos. O aparecimento do NS reflectia o projecto de criação de um partido de massas fascista e o seu rápido crescimento parece confirmar, por irónico que pareça e ainda que de forma limitada, alguns factores de massificação política da sociedade portuguesa, fundamentalmente nos seus pólos urbanos.

A UN, pelo contrário, apresentou-se nesta perspectiva como o partido único mais próximo do «antipartido» proclamado no discurso oficial. Para além das funções legitimadoras e de «exclusão» de candidatos mais mobilizadores, a UN parece ser importante, pelo menos na sua 1.^a fase, como instrumento de «canalização política», não tanto das massas, mas da notabilidade local¹⁰⁴. Poder-se-ia mesmo arriscar que, se no fascismo italiano o Estado controla e dirige a mobilização do partido, a UN foi, ela própria, uma agência estatal de «integração» das elites locais e, ao mesmo tempo, sinónimo da «desmobilização» política promovida, em sentido lato, pelo salazarismo.

¹⁰³ Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, p. 61.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 63.